

Plano Collor:
Reflexo em Maringá

Aspectos positivos
da visita à Kakogawa

Fórum Empresarial/
Plano Collor - dia 23

Murilo Macedo
visita Maringá

MARINGÁ

43
anos

1 . 9 . 4 . 7
1 . 9 . 9 . 0

ACIM

Clas. 050

R. 454

Reg. 0238

Data 22-04-05

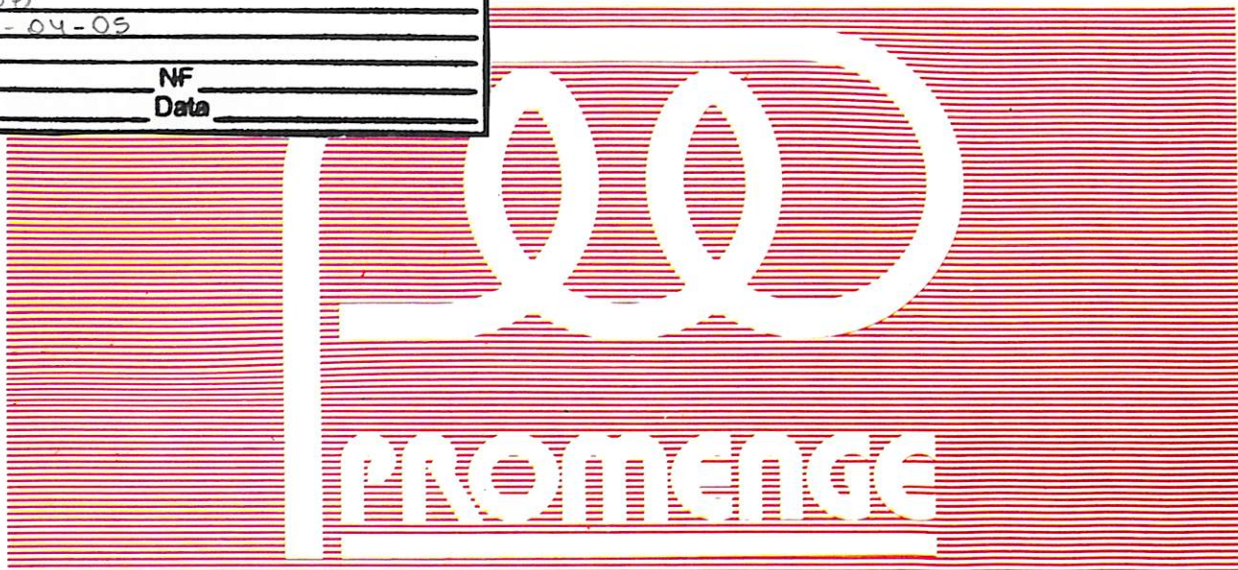
Proced.

NF

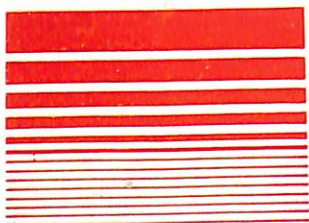
R\$ Data

NA INDÚSTRIA, A QUALIDADE CONFIRMA
ENGENHARIA ELÉTRICA

É



Projeto · Montagem · Manutenção · Assessoria
PROMENGE · Projetos e Montagens de Engenharia Elétrica Ltda.
Rod. Pr. 317 · Km 4 · Distrito Industrial II
Fone (0442) 24-3711 - Telex 44-2245
MARINGÁ · PR



Eletro Maringá

ADALBERTO VIEIRA & CIA. LTDA.

MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL

MARINGÁ - RUA JOUBERT DE CARVALHO, 299 - FONE 22-2512

Matriz - Rua Quintino Bocaiúva, 822-B - Fone 23-0999 - Londrina

Filial - Avenida Tiradentes, 858 - Fone 27-3000 - Londrina

COBRAPAR S/C LTDA.



Cobrança e Assessoria Jurídica

12 ANOS DE BONS SERVIÇOS AO EMPRESÁRIO MARINGAENSE

Rua Joubert de Carvalho, 623, 6º andar, salas 604 e 605
Fone: (0442) 23-0021 - MARINGÁ - PARANÁ



43 anos de sucesso!

Já não somos mais um pequeno vilarejo fundado em 10 de maio de 1947!

A poeira vermelha e pegajosa deu lugar ao negro do asfalto, escondendo sob um manto a terra virgem e generosa.

As centenárias perobas, ipês, cedros, ingás deram lugar a arranha-céus que desafiam o firmamento, quase como querendo espetá-lo.

Deixamos a infância, a adolescência, e assumimos a maturidade, mesmo que ainda com manias de crianças e arroubos de juventude.

Maringá desponta no cenário nacional e internacional como uma das melhores cidades para se viver e investir, pois as oportunidades são inúmeras e altamente compensadoras.

O crescimento econômico é visível, pois, como costuma-se dizer, dificilmente a crise chega até Maringá. Isto é possível graças a uma agricultura forte, ao seu povo ordeiro e laborioso, e a uma estrutura administrativa pública bem montada.

A indústria maringaense, até há alguns anos insípida, é hoje forte e consistente, estando representada nos mais variados setores da economia nacional. Nosso parque moageiro de grãos é o segundo do sul do país, bem como se encontra instalado em Maringá um centro atacadista dos maiores do país, que atende aos Estados de Santa Catarina, Suldoeste de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além do Paraná inteiro, logicamente.

Está sendo instalada em Maringá a maior fábrica de café solúvel da América Latina, que deverá entrar em atividades no início do próximo ano, bem como já opera em Maringá a plena capacidade, uma das maiores indústrias de gelatinas do país.

A Bolsa de cereais e mercadorias de Maringá está atrás apenas da similar de São Paulo, em volume de comercialização.

O comércio de Maringá é forte e diversificado, atendendo uma vasta região populada por mais de dois milhões de habitantes. A modernização deste comércio já se opera a pleno vapor com a instalação de um "shopping center" e outros dois em estado de implantação.

A estrutura de atendimento médico de Maringá é uma das melhores do Estado e, em função da implantação do curso de Medicina na Universidade Estadual de Maringá está em fase de completa viabilização o Hospital Universitário que servirá para o desenvolvimento da medicina local.

Orgulhamo-nos desta terra, do seu potencial, do seu verde, das suas largas

avenidas e praças arborizadas, da inexistência de favelas ou bolsões de pobreza; orgulhamo-nos, outrossim, que não há desemprego em Maringá, e que basta Ter vontade de trabalhar que oportunidades existem.

Prescindimos, entretanto, de uma participação mais efetiva nos destinos da cidade. Somos ainda um povo segmentado, sem espírito associativo, cada um lutando individualmente, sem se chegar a lugar algum. Falta-nos ainda a necessária união cívica, para lutarmos pelos interesses comunitários.

A classe empresarial, principalmente, precisa de maior união. Estamos presenciando uma verdadeira revolução nas classes trabalhadoras, com a criação de centrais sindicais, formação de sindicatos, enquanto a classe empresarial tem assistido com certa passividade este movimento. A prova maior desta união foi demonstrada pelos trabalhadores na elaboração e votação da Constituição da República onde, praticamente, todos os projetos apresentados por eles, foram aprovados.

Esta união deve acontecer em todos os níveis, e principalmente a nível municipal onde a Associação Comercial deve ser o fórum de debates dos interesses da classe empresarial. É necessária uma entidade forte e representativa, e isto só se consegue com a objetiva união dos empresários.

Para isso, a atual diretoria, dando continuidade ao trabalho desenvolvido na gestão anterior está trabalhando ativamente para aumentar o número de associados da ACIM. É necessário o engajamento de todos os segmentos empresariais nesta empreitada, por isso estamos concitando os atuais sócios da ACIM, hoje em número de um mil e duzentos, que convidem outros empresários ainda não sócios a também se filiarem à ACIM.

Somente a filiação, entretanto, não é suficiente. É preciso participar, discutir, apresentar sugestões e críticas para a consolidação desta entidade no cenário econômico do Estado do Paraná.

Costuma-se dizer que a ACIM existe apenas para as grandes empresas. Esta não é a verdade, porém. Todos os serviços que a ACIM hoje presta, estão voltados principalmente para as empresas de menor porte, pois, as consideradas grandes já têm sua estrutura administrativa própria, dotada dos serviços que a ACIM oferece.

A participação de grandes, pequenos e médios empresários é que fará a grandeza da ACIM e, conseqüentemente, da cidade de Maringá, pois, um empresariado

forte e unido, significa uma cidade progressista, sem crises, com a arrecadação de tributos suficientes para resolver os seus problemas sociais.

A efetiva participação fará com que as nossas reivindicações ganhem peso e consideração.

Já estamos provando isso, quando em apenas sessenta dias de trabalho a frente da entidade, já nos reunimos inúmeras vezes com o Prefeito Municipal, com o Presidente da Câmara Municipal e vereadores, com o Governador do Estado do Paraná, por duas vezes, com o Secretário de Segurança Pública do Estado, com a Assembléia Legislativa do Estado, com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Paraná, com o Comandante do 4º BPM, Pelotão de trânsito, e Corpo de Bombeiros, sempre reivindicando em favor de toda a comunidade maringaense. E estas reivindicações estão sendo amplamente atendidas, conforme tem sido noticiado pelos meios de comunicação.

Toda esta atividade, entretanto, precisa do respaldo da classe empresarial, apoiando as ações da Diretoria Executiva, e participando do seu desenrolar.

Procurando ainda trazer aos empresários de Maringá, maior possibilidade de participação na vida econômica do país, a ACIM está promovendo uma série de cursos, palestras e seminários, dentre os quais destacamos o Fórum Empresarial: Plano Collor - Sobrevivência e futuro das Empresas, a ser realizado no próximo dia 23 com a participação de nomes de destaque nacional, tais como Paulo Henrique Amorim, Roberto Macedo, Salvatore Morana, José Eduardo de Andrade Vieira e Celso Bastos, para debaterem com os empresários locais e da região o Plano Collor e seus aspectos positivos e negativos.

Isto estamos realizando e muito mais que pretendemos realizar, sempre no intuito de colocar a ACIM à altura de Maringá e da sua classe empresarial.

Queremos uma cidade, além de hospitaleira e acolhedora, também dinâmica, que ofereça oportunidades de investimentos, que propicie o crescimento de suas empresas já instaladas; e que proporcione aos seus moradores, excelentes condições de vida e de trabalho.

Nestes seus quarenta e três anos só podemos dizer: Avante Maringá! Nosso lema é o sucesso, e o bem estar do seu povo, aliado à paz e à compreensão entre todos quantos fazem desta cidade uma metrópole dinâmica, arrojada e bem sucedida.

ACIM

Revista de publicação mensal
da Associação Comercial e Industrial
de Maringá - ACIM

Rua Néo Alves Martins, 2.321
Telefone (0442) 26-1331
S.P.C. (0442) 26-2299
Telex (442) 168 - Caixa Postal 1033
Maringá - PR

DIRETORIA

Presidente: Fernando Henriques

1º Vice-Pres.: Paulo Sérgio Magalhães Silva
2º Vice-Pres.: Shiniti Ueta

1º Secretário: Luis Carlos Masson

2º Secretário: Paulo Morais Badan

1º Tesoureiro: Fernando Vieira Raimundo

2º Tesoureiro: Valdecir de Britto

Diretor Adjunto: Massao Tsukada

Diretor Adjunto: Pedro Granado Martins

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Carlos Mamoru Ajita

Secretário: Moacir Somaggio

Membros:

Agenor Maia - Américo Fernandes - Amorim
Pedrosa Moleirinho - Antonio J. R.

Silvestre Ferreira - Eduardo Hideshiro Hase -

Euclides Sordi - Fernando José de Faria

Ferraz - Francisco Favoto - Futoshi Matsuda -

Hélio Shimabukuro - Heitor Bolela Júnior -

Joaquim Agostinho - José do Santos Ribeiro -

José Gomes Ferreira - Miguel Fujinami -

Moacir Somaggio - Reginaldo Nunes Ferreira -

Sabas Martins Fernandes - Shoitii

Okimoto - Simão Hirata - Tokoiti Guinoza

Membros Natos:

Alcides Siqueira Gomes - Álvaro Miranda

Fernandes - Atair Niero - Emílio Germani -

Ermelindo Bolfer - Joaquim Dutra - Luiz

Julio Bertin - Manuel Mário de Araújo Pismel

- Raymundo do P. Vermelho - Sidnei

Meneguetti - Ubirajara de Araújo Pismel -

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Jair Arduin

Milton Massar Morita

Orides Lopes

Suplentes:

Edmilson W. F. Brassanini

Edenilson Rossi

João Noma

DIRETOR RESPONSÁVEL

Luiz Carlos Masson

EDITOR RESPONSÁVEL

Rosemeiri Zulian - Mt 2521

GERENTE ADMINISTRATIVO

Carlos Roberto Previdelli

PUBLICIDADES

Vera Regina de Paula e Silva

TIRAGEM

1.500 exemplares

Composição:

Celso Bettoni

Montagem

Anilton Rodrigues

Art-Final

Silvio T. Matsumoto

Impressão:

Gráfica Clichetec - Fone 24-9828

Publicação mensal dirigida e gratuita.
Circulação nos quinze primeiros dias
de cada mês. Cartas para a Assessoria
de Comunicação Social da ACIM.

A Revista ACIM não se responsabiliza por
conceitos emitidos em matérias assinadas

ÍNDICE

| | |
|--|---------|
| EDITORIAL | 03 |
| ACIM VISITA KAKOGAWA | 05 |
| CONHEÇA NOSSA DIRETORIA | 08 |
| SPC ATENDE EM NOVO HORÁRIO | 10 |
| ACIM QUER SEDE DA TELESUL NO PARANÁ | 10 |
| ACIM SOLICITA ELASTICIDADE NO PAGAMENTO DE ICMS | 10 |
| NOVOS SÓCIOS | 11 |
| ACIM PROMOVE "HISTÓRIA EMPRESARIAL VIVIDA" NA UEM | 12 |
| CADERNO TÉCNICO | 13 A 20 |
| PLANO COLLOR. E AGORA? | 21 |
| VISITA AO PRONTO SOCORRO | 23 |
| CURSOS | 24 |
| FÓRUM EMPRESARIAL: PLANO COLLOR - SOBREVIVÊNCIA E FUTURO DAS EMPRESAS | 25 |
| DELEGADO DA RECEITA FEDERAL PARTICIPA DO ALMOÇO EMPRESARIAL PROMOVIDO PELA ACIM | 26 |
| 2º ALMOÇO EMPRESARIAL DE ABRIL | 27 |
| EX-MINISTRO MURILO MACEDO FAZ PALESTRA NA ACIM | 28 |
| CONSELHO DELIBERATIVO: METAS PARA A ACIM | 29 |
| KAKOGAWA DOA LIVROS À ACIMA | 30 |
| O DESEMPENHO DA ACIM EM ABRIL/90. | 30 |



Carlos Ajita, Matsuo Takigawa, Otávio Dias, e Shiniti Ueta em Kakogawa

ACIM visita Kakogawa

O presidente do Conselho Deliberativo da ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, Carlos Ajita, e o segundo vice-presidente da Diretoria, Shiniti Ueta, viajaram para a cidade de Kakogawa, no Japão, no dia 14 de abril, encaminhando uma "Minuta" ao presidente da Câmara do Comércio e Indústria, Matsuo Takigawa, com o objetivo de firmarem um convênio de cooperação técnica que as cidades celebram, bem como reafirmarem a implantação da indústria de meias-finas em nossa cidade. Junto com a comitiva viajou também o secretário de Esportes e Turismo de Maringá, Otávio Dias Chaves Jr.

A comitiva chegou na cidade de Narita, Japão, no dia 16 de abril, sendo recepcionada por Kazuo Shinoda, que auxiliou o grupo no que foi necessário. No dia seguinte a comitiva

viajou para Himeji, onde visitou a Indústria de Meias Eiko, conhecendo o processo de fabricação, e o Sindicato das Indústrias de Meias de Hyogo representada pelo presidente Noriaki Hasegawa, vice Hiroshi Nakatsukassa, diretor, Katsuo Tamikawa, chefe de Comércio, Yoshimassa Hata e conselheiro Kague Yama, onde realizaram a reunião principal, detalhando o Plano de Implantação de meias em Maringá. No mesmo dia, participaram de uma programação especial, organizada pelos japoneses, convidando um cantor de Kakogawa, que fez apresentação exclusiva ao grupo.

No dia 18, fizeram uma visita oficial ao prefeito de Kakogawa, Seiiti Kinoshita, assessorado pelo vice Noboru Nomura, presidente da Associação Kakogawa, Sadao Inaoka, presidente da Câmara Municipal, Koujirou Taki e

vice Kiyonobu Matsumoto, onde o secretário Otávio Jr. entregou mensagens do prefeito Ricardo Barros e vice-Willy Taguchi. Neste encontro entregaram também uma lista dos prováveis componentes da comitiva de Maringá que visitará Kakogawa no mês de junho. O objetivo desta viagem é reafirmar o intercâmbio entre atletas e professores de Educação Física e Esportes. Esta possibilidade foi discutida por todos, inclusive pelo presidente da Associação Desportiva Municipal, Tkamatsu.

Maringá, segundo o secretário Otávio, terá um orçamento especial para o intercâmbio de jovens com o exterior, inclusive ajuda de custo para os que queiram ficar em Kakogawa.

Durante a mesma reunião, Shiniti Ueta cedeu uma fotografia da Catedral de Maringá como lembrança e para que utilizem na produção do Cartão Magnético para telefones, substituindo desta forma as fichas e moedas, podendo até fazer DDI - discagem direta internacional. Comentou-se ainda sobre os livros que o Lions Clube de Kakogawa vem doando a ACEMA, o Clube solicitou ao grupo uma pesquisa entre os alunos da casa de estudante da UEM, para que possam atender o interesse da maioria. Encerrando a reunião, o grupo de Maringá e de Kakogawa trocaram informações e conhecimentos das duas cidades.

No mesmo dia a comitiva visitou a Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa, reforçando o interesse de que empresários de Kakogawa participe da empresa maringaense. Encerrando a visita à Câmara, a comitiva entregou a minuta do protocolo de intenções de intercâmbio entre a ACIM e a Câmara do Comércio de Kakogawa, cuja assinatura será firmada com a ida do presidente da ACIM Fernando Henriques à Kakogawa em junho.

DECIDIDAMENTE!



DEDICAÇÃO CONQUISTANDO CONFIANÇA.

BOAS VINDAS A MISSAO ECONOMICA DE MARINGA
歓迎 マリンガ経済視察団



Jantar de Boas Vindas, onde todas as autoridades locais compareceram.
Kakogawa Plaza Hotel, de propriedade da Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa.

Em seguida a comitiva partiu para Ikumo, onde participaram de um almoço com comidas típicas japonesas, organizado pela Câmara de Vereadores, com a presença de todas as autoridades locais. Depois do almoço encontraram-se com o deputado federal de Maringá, Antônio Ueno, que já estava no Japão, acompanhando a comitiva em todas as negociações, lá ocorridas, como um autêntico padrinho. Desta forma, as negociações foram discutidas e confirmadas novamente.

A noite participaram do jantar de homenagem, e o discurso foi proferido pelo deputado Antonio Ueno, que agradeceu o apoio recebido pela comunidade de Kakogawa no que tange a implantação da Indústria de Meias em Maringá. No dia 19, já na quarta-feira, realizaram uma reunião com a diretoria da Câmara para acertar detalhes visando enviar estagiários e trabalhadores para Kakogawa. Em seguida um almoço de despedida do Deputado Antonio Ueno que seguiu

para Nishinomiya e de Takigawa, que seguiu para Honolulu.

Após o almoço a comitiva visitou a Indústria de Meias Gunze, recém inaugurada produzindo 1/3 de sua capacidade. O presidente, Hasigawa acompanhou-os por toda empresa, onde puderam observar a fase de implantação, analisando inclusive, o espaço físico para as expansões. Gunze é uma das maiores fábricas de meias finas do Japão e que implantou uma nova unidade industrial em Kakogawa. Também foram ao Lar dos Velhinhos Kakurin-en. O diretor que tinha em Kobe, capital da província de Hyogo, uma pinacoteca, transferiu todo o seu acervo às dependências de Kakogawa. O estabelecimento possui 120 internos e mais 100 pessoas que frequentam a casa, uma infra-estrutura para recreação, atividades, e principalmente equipamento para dar banhos a pessoas que não conseguem se levantar da cama. Este serviço é oferecido por esta casa em residências através de veículo próprio. No mesmo dia participaram de um jantar

com os componentes da comitiva que visitou Maringá em fevereiro.

Vinte de abril, 10 hs., reunião com os componentes do Soroptimist International, entidade internacional que congrega mulheres executivas com fins filantrópicos e valorização da mulher em todas atividades, (clube de serviço). A comitiva informou-os que não temos esta entidade em Maringá, mas mostraram um perfil do Conselho Permanente da Mulher Empresária, com o qual o grupo manifestou grandes interesses em manter intercâmbio. Foi solicitado ao grupo que a presidente do Conselho participasse das solenidades dos 40 anos de Kakogawa indo com a comitiva para o Japão. Convidaram também a presidente do Soroptimist de Kakogawa, Junko Kawai para vir a Maringá na primeira oportunidade e conhecer o Conselho. Esta reunião foi realizada na sala do Prefeito, com sua presença, o presidente da Associação, Sadao Inaoka, acompanhado também de outros membros do Conselho.

Onze horas, visita a Faculdade Fe-



Sadao Inaoka,
Matsuo
Takigawa,
Shiniti Ueta,
Otávio Jr.,
Carlos Ajita

minina de Hyogo em Kakogawa, onde foram recebidos pelo Reitor Takeshi Kawano, chefe do corpo docente Kazuhiko Okamoto, administrador geral Sassakura, secretário geral Azuma Watanabe, e diretor da biblioteca Takanori Miura. Receberam uma minuta do convênio entre a UEM e a Faculdade Feminina sendo solicitado a tradução para devida impressão para que em junho, o Reitor Fernando Ponte de Souza possa assinar no Japão o referido convênio. Fizeram uma visita às dependências da Faculdade com 92 mil metros quadrados de terreno, 38 mil metros quadrados de construção, sete cursos, 1674 alunos, 74 professores, 49 funcionários, 109 professores periódicos, e possui ainda uma casa dos estudantes para 300 pessoas.

Às 12 horas, almoçaram no Centro Cultural de Kakogawa com Akira Hirano, diretor do Centro de Saúde de Kakogawa, em seguida visitaram o Centro de Saúde. Observaram que os

japoneses se dedicam intensamente à medicina preventiva possuindo equipamentos sofisticados para detectar doenças. Existem programas de check-up anual com preços simbólicos a toda população. Treze horas, marcaram presença na sede do Governo da Província de Hyogo colhendo informações sobre a cidade de Washington a ser construída em Kobe. Uma cidade com características americanas, inclusive utilizando madeiras importadas e construídas adaptando aos costumes japoneses (quartos com tatami). Adquiriram subsídios importantes para a construção da Cidade Japonesa em Maringá.

Dezoito horas, jantaram com funcionários da Prefeitura que visitaram Maringá. No sábado, 21, pela manhã foram ver a Seto Ohashi, maior conjunto de pontes do mundo, sobre o mar. Acompanhou-os, o presidente executivo da Câmara, Kakimoto, vice-presidente, Chefe do Gabinete e Secretários. Domingo, 22 de abril, dia li-

vre para compras e visitas.

Dia 23, segunda-feira, viajam até Sendai, visitando a Indústria Yamazaki, a maior indústria panificadora do mundo, onde foram recepcionados pelos diretores Nakamura e Otsuka, que estiveram em fevereiro em Maringá. Conheceram toda a fábrica, totalmente automatizada, onde inclusive dois maringenses trabalham. A comitiva convidou o diretor a visitar Maringá, propondo a possibilidade de montar empresas coligadas recebendo tecnologia da Yamazaki. No dia seguinte, 24, retornaram à Tokyo e jantaram com Michio Terayama, que quando visitou o Brasil, ficou interessado por campo de golfe. No jantar acertaram que Michio ajudará no projeto do campo, e ainda com possibilidades de participar na execução do mesmo, mandando técnicos japoneses especialistas em campo de golfe.

Quarta-feira, 25 de abril, encerram-se as negociações e a comitiva viaja de volta à São Paulo.

RACIONALIZE SEUS INVESTIMENTOS

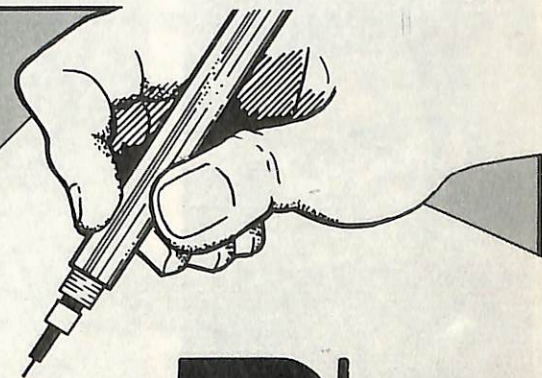
Nós, da D'CALCULO, temos uma experiente equipe para apresentar a você o projeto ideal ao seu orçamento e às suas necessidades.

Projetos:

- ESTRUTURAL
- HIDRO-SANITÁRIO E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Procure-nos e vamos colocar suas idéias no papel.

RUA SILVA JARDIM, 149-A - FONE: 24-9342
CEP 87013 - MARINGÁ - PR



D'
CALCULO
ENGENHARIA CIVIL LTDA

Conheça nossa Diretoria

Fernando Henriques: presidente da ACIM - empresa Comercial A. S. Alves S/A - reside em Maringá desde 1980. Naturalizado brasileiro, nasceu em 03.04.43, é casado com Laurinda Alves Henriques e pai de José Fernando, Administrador de Empresas, e Carmina da Conceição, Bacharel em Direito. Transferiu sua empresa para Maringá no ano de 79, um supermercado varejista; em 82 iniciou suas atividades de compra e venda, a empresa cresceu e abriu mais sete filiais. Fernando é associado à Acim desde 69, e assumiu vários cargos como presidente na gestão 84/86, 2º vice-presidente - 86/88, Conselheiro - 88/90 e presidente novamente em 90/92. Sua vida social foi bastante agitada, do ano de 84 a 88 participou de todas as plenárias da Federação das Associações Comerciais, sempre desempenhando e discutindo os problemas da comunidade, visando sempre o melhor. Foi presidente do Centro Português - 86/87, tesoureiro da APAE desde 1983, exerce outros cargos dentro de entidades filantrópicas, e recentemente foi membro da junta de restauração da Catedral Basílica Menor. Atualmente preside o Elos Clube de Maringá e membro da diretoria do Elos Internacional, e, conselheiro do "Conselho Estadual da Comunidade Portuguesa do Paraná". Por seis anos também foi vice-presidente para a região de Maringá da Associação Paranaense de Supermercados. Além do ramo de supermercados,

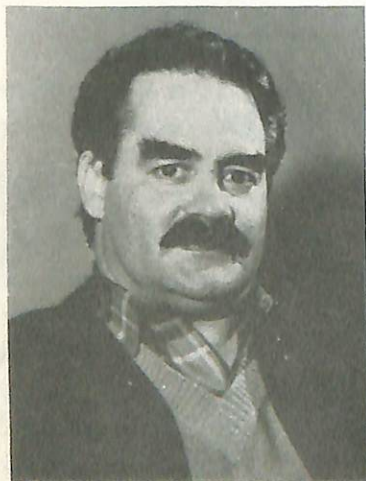
Fernando trabalha com materiais de construção - na cidade de Engenheiro Beltrão, Peabiru, Campo Mourão; distribuidor Skol - também em Campo Mourão; agropecuária e beneficiamento de cimento.

Paulo Sérgio Magalhães Silva: primeiro vice-presidente da ACIM e sócio-proprietário da empresa Promenge - brasileiro, natural de João Neiva, ES, nascido em 23.05.48. É casado com Maria Aparecida Lopes Magalhães Silva, é engenheiro eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá-MG no ano de 1970. Em 1975 fundou a empresa Promenge - Projetos e Montagens de Engenharia Elétrica onde trabalha até hoje. É associado à ACIM desde 1975 e já assumiu os cargos de conselheiro - gestão 86/87, foi também inspetor do CREA-PR - Conselho Regional de Eng. Arquit. e Agronomia do Estado do Paraná, presidente da Associação dos Engenheiros de Maringá - AEM, responsável pela regional da APEOP - Assoc. Paran. de Obras Públicas, em Maringá, vice-delegado do Sinduscon e presidente da ALCOMICRO - Assoc. Paran. de Microdestilarias de Alcool. Atualmente exerce os cargos de vice-presidente da ACIM, diretor de Engenharia Elétrica e Telecomunicações da APEOP, Associação Paran. dos Empreiteiros de Obras Públicas no Estado do Paraná. É também diretor do Sinduscon, secretário do Núcleo Social de Maringá e presidente da APANAT - Associação de Pais e

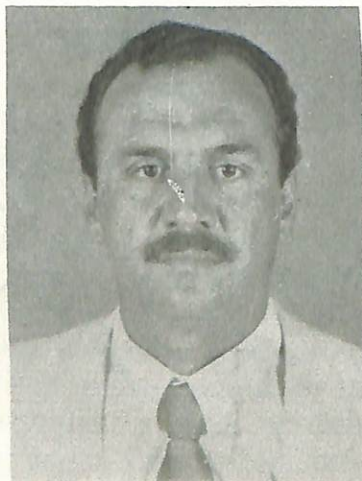
Amigos da Natação.

Shiniti Ueta: segundo vice-presidente - empresa Ueta Cine Foto Som. Nasceu em 15.01.50, na cidade de Cravinhos, SP. Sócio-proprietário da empresa Ueta Cine Foto Som há 18 anos, no ramo de comércio de materiais fotográficos, som, instrumentos musicais e laboratório fotográfico. Casado com Kayoko Ueta, é pai de três filhos, dirige mais dez empresa no mesmo ramo em várias outras cidades: Umuarama - Shiniti Ueta & Cia. Ltda., Paranavaí - Ueta e Cia. Ltda., Campo Mourão - S. Ueta & Cia. Ltda., Maringá - K. Ueta & Cia. Ltda., Cuiabá-MT - Color Center Cuiabá Lab. Fotg. Ltda., Maringá - Kayako Ueta & Cia Ltda., Goioerê - J. Yoshio Hiradai & Cia Ltda. e Cine Foto Goioerê Ltda., Maringá - Ueta Shop Mat. Fot. Ltda. e Cine Foto Som Assis Ltda - Assis Chateaubriand. Assume cargos como presidente da Associação Maringá-Kakogawa; vice-presidente da Câmara do Comércio Brasil-Japão do Paraná, vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, diretor-secretário da Coaceral - Cooperativa Agrícola do Cerrado do Brasil Central Ltda., diretor-suplente do Sivamar - Comércio Varejista de Maringá, diretor de Relações Públicas da ACEMA - Assoc. Cultural e Esportiva de Maringá e membro do Rotary Club.

Luís Carlos Masson: primeiro secretário - empresa Carroceria Masson - brasileiro, natural de Capinzal-SC,



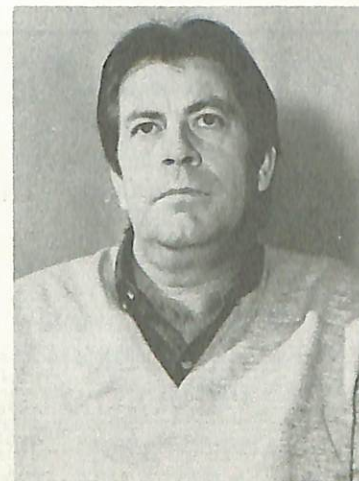
Fernando Henriques
Maio/90 - 08



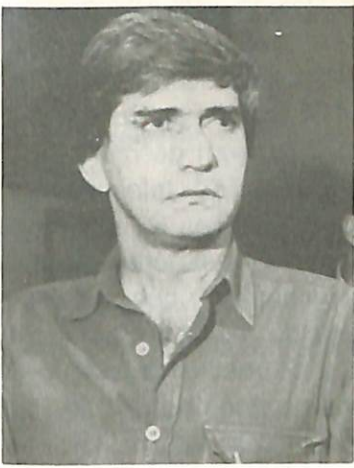
Paulo Sérgio Magalhães Silva



Shiniti Ueta



Luís Carlos Masson



Pedro Granado Martines



Fernando Vieira Raimundo



Valdecir de Britto



Massao Tsukada

nasceu em 11.04.45. Casado com Helenice Ferraz Masson, tem dois filhos e reside em Maringá desde abril de 1951. É formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas de Maringá, hoje incorporada à UEM. Participou da ACIM nas gestões 86/87, como Conselheiro, 88/89, primeiro-secretário, e atualmente como primeiro-secretário. Foi diretor da Revista na gestão 88/89 e assume o mesmo cargo em 90/91. Iniciou suas atividades em Maringá no ano de 64 e se filiou à ACIM no ano de 69. Trabalha no ramo de fabricação de carrocerias de madeira para caminhões de transporte rodoviário, tipos: graneleira, carga seca e boiadeira.

Paulo Moraes Badan: segundo secretário - empresa Indústria e Comércio de Porta Agulhas Regente Ltda. - nasceu dia 25.01.52 na cidade de Bauru-SP, casado com Sara Maria Vanetti Moraes Badan, é pai de três filhos. Formado pelo Colégio Técnico Industrial de Bauru, pela Faculdade de Tecnologia de Bauru e Faculdade de Engenharia de Bauru. Assumiu o cargo de Presidente do Lions Clube

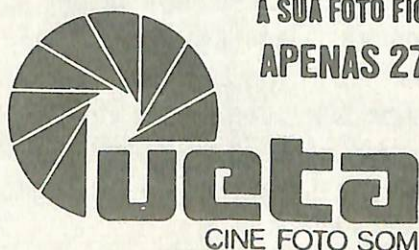
de Maringá Cidade-Canção/74, gerente do Distrito da Telepar, Conselheiro do Country Clube de Maringá durante três gestões.

Fernando Vieira Raimundo: primeiro tesoureiro - empresa Eletro Maringá - natural de Londrina, nascido em 04.03.55, casado com Célis Hauari Raimundo, com dois filhos, reside em Maringá desde 1980. É formado Técnico em Edificações, Londrina, IPO-LON, e Administração de Empresas (incompleto), Londrina, UEL. Suas atividades profissionais são: CD'Soft Informática Ltda., como diretor, consultoria e desenvolvimento de sistemas aplicativos para micro-computadores. Raiel Ind. e Com. de Materiais Elétricos Ltda. - diretor; Eletro Maringá - Adalberto Vieira & Cia. Ltda. - Gerente. Outras atividades desempenhadas: Lions Clube de Maringá-Catedral, sócio desde 1982, tendo exercido os cargos de Tesoureiro, Secretário e Presidente. Assoc. Central Zona Verde, fundador e 1º presidente. Sucesu-PR - sociedade dos usuários de computadores e equipamentos subsidiários do Paraná - diretor-distrital duran-

te o biênio 86/87. Sivamar - Sindicato do Comº Varejista de Maringá, diretor do depto. de materiais elétr. durante a gestão 86/87. ACIM - Associação Comercial e Ind. de Maringá, membro do Conselho Deliberativo na gestão 86/87, diretor-tesoureiro nas gestões 88/89 e atual. Maringá Clube, diretor-tesoureiro na atual gestão.

Valdecir de Britto: segundo tesoureiro - empresa Dama S/A - brasileiro, nasceu em 12.03.50, na cidade de Rolândia-PR, casado com Sirley de Oliveira Seravali Britto, e pai de dois filhos. Chegou em Maringá no ano de 64, associando-se a Acim em 1972. Formado engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Curitiba. Foi presidente do Conselho Deliberativo nas gestões 88/89 e diretor do SPC e segundo-tesoureiro 90/91. É diretor administrativo-financeiro da Dama S/A Distribuidora de Automóveis, Dama - Locadora de Vídeos Ltda - como diretor comercial; Consórcio Triângulo - diretor comercial, além de presidente do Rotary Clube Maringá Norte, gestão 85/86 e presidente Uninorte - União Norte Paran. dos Distr.

AGORA, COM MODERNÍSSIMO LABORATÓRIO
A SUA FOTO FICA PRONTA EM
APENAS 27 MINUTOS.



17 LOJAS AO SEU DISPOR

Paranavaí - Umuarama
Assis Chateaubriand
Goioerê - Cuiabá (MT)

ÓRGÃOS MINAMI, PIANOS E
INSTRUMENTOS
DE SOPRO



REVELAÇÃO A CORES ANTES DO TEMPO

Av. Brasil, 3347 - Tel: (0442) 22-6015 — MARINGÁ - PR — Av. Herval, 620 - Tel: (0442) 23-4595

Volkswagem.

Massao Tsukada: direto-adjunto - Livraria Bom Livro - nascido em 26.08.51, filho de Toshinori Tsukada e Massako Tsukada, natural de Quintana-SP, casado com Damaris Venazzi Tsukada. Formado em Direito (incompleto) UEM, exerce a atividade de empresário no ramo de atacadista de distribuição de livros e revistas - atacadista, e, no ramo varejista de livraria e papelaria. Atividades na vida pública: vereador na Câmara Municipal de Maringá - 8ª legislatura; líder da bancada do PDS; membro da comissão de Justiça; membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; membro da Comissão de Higiene, Saúde e Assistência Social; membro da Comissão de Redação. Candidato a deputado estadual no ano de 1986 e atualmente presidente do Diretório Municipal do PTB. Vivendo desde janeiro de 52 em Maringá, foi eleito Comerciante do Ano, em 1986, com Medalha do Mérito Comercial outorgada pela ACIM, CDL e Sivar.

Pedro Granado Martines: diretor adjunto - proprietário da empresa Eldorado Imóveis Ltda., desde 1984, e da Construtora Rui Brasil Ltda. (86), Granacon Construções Civas Ltda. (87). Reside em Maringá desde 52, brasileiro, casado com Arlete Shimitt Granado, natural de Penápolis-SP, nasceu em 24.02.40. É formado Economista pela UEM. Associado à ACIM desde 86, trabalhou também 25 anos na Transportadora S/A, onde ocupou todos os cargos. Presidente do Rotary Clube de Maringá Leste desde 1969. Foi do Conselho Fiscal e membro do Colegiado da Cocamar. Atualmente faz parte da diretoria Secovi - Sind. das Empresas de Compras e Vendas de Imóveis. Conselheiro na gestão 89/90. Agricultor, onde lançou a idéia "Coração Verde".

A SUA EMPRESA
ESTÁ EM
NOSSOS PLANOS

— ACIM

Associação Comercial
e Industrial de Maringá

SPC atende em novo horário

O presidente da ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, Fernando Henriques, juntamente com a Diretoria, alteraram no mês de abril o horário de atendimento dos setores do SPC e vídeo-cheques, aos associados.

O Serviço de Proteção ao Crédito e Vídeo-cheques funcionarão de segunda às sextas-feiras das 8 às 22 horas e aos sábados até às 18 horas.

O motivo da alteração foi em decorrência de várias solicitações enviadas pelos comerciantes do Shopping-Center que mantém o comércio aberto até às 22 horas.

O SPC e Vídeo-Cheques funcionam como um avalista, tanto aos consumidores como para os comerciantes e empresários, que têm a garantia de um cheque especial. Assim, hotéis, restaurantes, postos de gasolina, e todo o comércio em geral, têm a possibilidade de se beneficiar dos departamentos da ACIM em horários mais extensos.

ACIM quer sede da Telesul no Paraná

O presidente da ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, Fernando Henriques enviou telex ao Ministro da Infraestrutura, Oziris Silva e ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello sugerindo e requerendo que a sede da Telesul seja instalada no Paraná, utilizando-se da estrutura administrativa já existente na Telepar.

Este requerimento é em virtude da reforma administrativa sugerida pela atual gestão governamental, na área de telecomunicações, criando-se sete empresas regionais, visando desburocratizar e enxugar a máquina administrativa estatal. Neste aspecto, a re-

gião Sul do País já teria a Telesul envolvendo as empresas de telecomunicações nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por outro lado, sem desmerecer as demais empresas de telecomunicações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é público e notório - explica Fernando Henriques -, que a Telepar é a empresa de maior conceituação, excelência e de melhor prestação de serviços aos usuários do Sul do País e certamente, uma das melhores do Brasil, principalmente pela excelente administração imposta pelos diretores da mesma.

Desta forma, tal medida, uma vez aprovada, virá fazer justiça ao trabalho altamente profissional desenvolvido pela Telepar no ramo de telecomunicações.

ACIM solicita elasticidade no pagamento de ICMS

A ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, representada pelo presidente Fernando Henriques, enviou ao Governador Álvaro Dias e ao secretário de Fazenda do Estado, Adelino Ramos, um telex solicitando a colaboração de ambos para a perfeita viabilização do Plano Brasil Novo, concedendo um prazo maior para o recolhimento do ICMS, uma vez que a moeda corrente - cruzeiros - está escassa, além do que os comerciantes estão vendendo a prazo, enquanto o imposto tem que ser pago à vista.

Por outro lado, esta reivindicação não deixa de apoiar o Plano Brasil Novo, uma vez que a classe empresarial de Maringá está toda inserida para a sua viabilidade plena, já que inúmeras modificações tiveram que ser feitas pela classe empresarial, principalmente a volta de vendas a prazo, inclusive em prazos mais elásticos, a fim de possibilitar o giro das mercadorias.

Desta forma, a classe empresarial fica no aguardo da colaboração das autoridades no intuito de se concretizar o Plano Brasil Novo.

GUELBE DISTRIBUIDORA DE CONFECÇÕES LTDA.
Av. Brasil, 1231 - Fone 22-8000
Com. varejista de confecções

DARON MÓVEIS LTDA.
Av. Brasil, 4327 - Fone 24-4636
Com. varejista de móveis e utilidades domésticas

INTERVIN
Estrada Romeira - Km 04 - s/nº
Fone 23-0697
Ind. e comércio de vinhos

ESTRELA DE PRATA
Av. Tiradentes, 57 - Fone 22-5951
Restaurante e pizzeria

MARITEXTIL
Praça Regente Feijó, 401
Fone 26-2958
Rep., com. e ind. de confecções

SANDRUSKA
Av. São Paulo, 448 - Loja I-21
Fone 23-4990
Ind. e com. de confecções infantis

KIWI CALÇADOS
Av. Mauá, 3094 - Loja I-17
Fone 23-3741
Com. de calçados e confecções

MARROCANA
Av. São Paulo, 448 - Loja I-02
Fone 23-2293
Comércio de confecções, calçados e acessórios

MURIQUE MÓVEIS
Rua Santos Dumont, 3045
Fone 23-4042

UETA SHOP
Av. São Paulo, 448 - Fone 26-2143
Com. de artigos fotogr., som e instrumentos musicais

TELTOUR
Av. Brasil, 3772 - Fone 22-9789
Repres. de passagem aéreas

D'DICAS PRESENTES LTDA.
Av. Mauá, 448 - Loja I-24
Fone 26-2181
Comércio de presentes e utilidades em geral

RODOVIÁRIO AFONSO
Rua Caramuru, 90 - fone 24-2045
Transportadora de cargas

TARUMÃ AUTOMÓVEIS
Av. Paraná, 339 - fone 24-3561
Compra e venda de veículos novos e usados

JEAN PAOLO
Av. Mauá, 448 - Loja E-08
Fone 26-1807
Com. varejista de confecções



LEATHER CENTER
Av. Mauá, 448 - Loja I-08
Fone 26-1346
Com. de roupas em couro e antílope

LOJA PAULISTA
Rua Joubert de Carvalho, 63
Fone 22-5015
Com. de confec., móveis e eletrodom.

A SUA MARCA DE CONFIANÇA ESTÁ TE ESPERANDO AQUI.

SOMACO S.A.
Comércio de Automóveis

Pça. José Bonifácio, 121 - Maringá - PR
Fone: (0442) 24-4433 - TELEX 442-260





Alcides Siqueira Gomes palestrando na UEM



Auditório Ney Marques, durante a palestra

ACIM promove "História Empresarial Vivida" na UEM

No dia três (3) de maio, quinta-feira, das 20 às 22 horas, no Auditório Ney Marques da Universidade Estadual de Maringá, o empresário Alcides Siqueira Gomes palestrou a "História Empresarial Vivida", com a participação dos acadêmicos da UEM, professores e diretoria da ACIM.

O evento teve como objetivo estabelecer, estimular e proporcionar um diálogo permanente, uma interação constante entre a classe empresarial e o meio acadêmico, além de poder oferecer subsídios, a partir da realidade empresarial, para a adequação dos currículos de formação dos profissionais de Administração e Economia, bem como para os profissionais.

Alcides, durante sua palestra falou aos futuros professores e profissionais, que a Faculdade não prepara um profissional que o mercado precisa, diz: "para a minha empresa eu contrato um profissional que já está no mercado com muitas práticas adquiridas, e não um recém-formado". E argumenta, que o importante é esta interação entre alunos e empresas, um contribuindo com o outro.

Gomes é um maringense com larga experiência na área de administração e economia, por isso foi convidado a ministrar a palestra cumprindo as exigências dos organizadores e pesquisadores do evento, Vicente C. Pires, professor de Administração-UEM, e Francisco Giovanni D. Vieira. As regras estabelecidas foram: ter um potencial para contribuir com a formação e desenvolvimento das gerações; que a empresa seja nacional, já que os

currículos dos cursos de Economia e Administração de Empresas, baseiam-se quase exclusivamente em bibliografia estrangeira; que a empresa tenha uma trajetória considerável de experiências e de lições; e que represente os diversos setores da economia.

Alcides não deixou nada a desejar. É formado em Economia e Direito, e administra suas empresas há 26 anos. Iniciou a palestra falando sobre sua vida pessoal: brasileiro, casado, natural de Mandaguari, nascido em 01.01.47, sendo filho de Francisco de Paula Gomes e Maria Siqueira Gomes. Acionista e diretor da empresa Somaco S/A Comércio de Automóveis; sócio e gerente da Triângulo Administradora de Consórcios S/C Ltda.; Pecuária Novo Horizonte Ltda.; Aruã - Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Somaco Auto Locadora S/C Ltda.

O empresário não escondeu nada. Sua vida profissional e social ficou exposta a todos, fazendo um breve relato de suas atividades: participou da "Comissão Comercial e de Serviços da Indústria e do Comércio do Estado do Paraná", entre 81 e 83. Tesoureiro da Associação Comercial e Industrial de Maringá, na gestão 80 à 81, Conselho Diretor, ACIM, 82 à 83, participou na administração da ABRAVE, 82, Relator Nacional da ASSOBRAV - Associação Brasileira dos Distribuidores dos Veículos Volkswagen em 83, em São Paulo, Conselho Fiscal, ACIM, 84 à 85, Presidente da Associação Comercial e Indus-

trial de Maringá-86 à 88, Presidente do Conselho Deliberativo - ACIM/88 à 90.

Além de todos estes trabalhos, Alcides diz que gosta muito de escrever artigos sobre a economia entre outros os mais importantes são: Promessas Governamentais não cumpridas; A inflação e as taxas de juros; A ilusão das eleições diretas; A empresa privada e sua função social; O papel do Estado e dos empresários privados; A economia de mercado; A indigestão inflacionária; A ansiedade e a incerteza do dinheiro; O perfil de um empreendedor, Cuidado... o dinheiro não é um bem; O direito de ser direito; Administrando em época de crise.

Porém, os alunos se interessaram mesmo foi pelo reflexo do Plano Collor nas empresas privadas. Alcides começou pela política inflacionária de 57 até os dias de hoje. Comentou que suas empresas evoluíram e cresceram quando a inflação foi baixa - inflação alta: poucas vendas. E hoje diante da abertura da importação de veículos, argumentou que está muito tranquilo, pois sua empresa é uma distribuidora de automóveis e a concorrência só melhorará o produto, e isso é bom. Por outro lado as indústrias de automóveis só estão trabalhando com 50 a 60% da produção, o que significa demissões-desemprego - falta de capital de giro. Investir, diz, no momento é impossível, pois como vamos arriscar um investimento na atual circunstância, e teremos menos ainda investimento internacional. É muita infelicidade, comenta, um país tão rico ser gerenciado desta forma.

I P I

De acordo com a Portaria nº 108, de 06.04.90 (DOU 09.04.90), fica autorizado aos fabricantes, distribuidores, atacadistas ou revendedores e varejistas a repassarem os reajustes do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o Decreto nº 99181 e o Decreto nº 99182, ambos

de 15 de março de 1990, aos preços de venda dos respectivos produtos.

Existiam muitos produtos que estavam com a alíquota zero, a instrução normativa DFR nº 42, de 28.03.90 (DOU 30.03.90), estabeleceu que em relação ao estoque existente em 31 de março de 1990, de produtos tributados à alíquota zero e que, por força do Decreto nº 99182/90 passam a ser submetidos a alíquotas positivas, a partir de 1º de abril de 1990, os estabelecimentos industriais poderão creditar-se ou manter os créditos já escriturados de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem efetivamente empregados na industrialização dos produtos referidos. Poderão, também, ser mantidos ou escriturados os créditos do IPI relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem em estoque no dia 31 de março de 1990, destinados a emprego na industrialização dos produtos de que se trata.

Os estabelecimentos industriais que estavam dispensados da escrituração fiscal do imposto deverão relacionar as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem que gerarão direito ao crédito do imposto, à vista das respectivas notas fiscais de aquisição, com os elementos que permitam a sua perfeita identificação, inclusive o valor do imposto nelas destacado.

O total do imposto constante das relações poderá ser lançado no livro "Registro de Apuração do IPI", modelo 8, a título de crédito, atendidas as normas de escrituração previstas na legislação de regência.

Depósitos Judiciais em Cruzeiros

A Portaria nº 65 de 23 de Março de 1.990, da Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União de 26 de Março de 1.990, dispõe em seu Artigo 2º, inciso I, que:

"Art. 2º - Fica autorizada a conversão, em cruzeiros da totalidade dos recursos em cruzados novos existentes em 19 de Março de 1.990:

I - em contas de depósitos à ordem judicial, dependendo a liberação de alvará do juiz".

Esta conversão, para cruzeiros, dos depósitos em cruzados novos à ordem judicial, somente será efetuada no ato do pagamento, mediante o competente alvará judicial, (Lei nº 6.858 de 24.11.80), conforme norma operacional do Banco Central, Circular nº 1.661 de 09.04.90, publicada no Diário Oficial da União de 11.04.90.

Relação Anual de Informações Sociais: Retificação

A Instrução Normativa nº 23 do IBGE, de 23.04.90, publicada no Diário Oficial da União de 03.05.90, prorrogou até 01 de Junho de 1990, o prazo estabelecido para entrega da RAIS - Retificação, pelas empresas que vierem a constatar erros no preenchimento da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A entrega da RAIS-Retificação deverá ser feita às agências da Caixa Econômica Federal, independentemente da vinculação do informante ao PIS ou ao PASEP.

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| IPI..... | 13 |
| Depósitos Judiciais em Cruzeiros.. | 13 |
| Relação Anual de Informações Sociais - Retificação..... | 13 |
| As Medidas Provisórias do Plano Brasil Novo já aprovadas pelo Congresso Nacional..... | 14 |
| Os Estoques de Materiais de Grande Oscilação..... | 16 |
| Encargos Sociais: | |
| Demonstrativo para cálculo do custo base dos funcionários..... | 17 |
| Informática abate IR..... | 18 |
| Nova Política Salarial..... | 18 |
| Previdência Social: alterações..... | 18 |
| IR sobre ganho de capital..... | 18 |
| FGTS - Impossibilidade de saque nos contratos por prazo determinado..... | 19 |
| Circular nº 1709 de 03/05/90..... | 19 |
| Tabela Prática..... | 20 |
| FINOR - uma opção inteligente e lucrativa..... | 20 |

As medidas provisórias do Plano Brasil Novo já aprovadas pelo Congresso Nacional

| MEDIDAS PROVISÓRIAS | EMENTA | LEI | MODIFICAÇÕES |
|--------------------------------------|---|--|---|
| 148 de 15.03.90 (D.O.U. 15.03.90) | Dispõe sobre a alienação de bens imóveis da União situados em Brasília e dá outras providências | 8.011 de 04.04.90 (D.O.U. 06.04.90) | Aprovada na íntegra. |
| 149 de 15.03.90 (D.O.U. 15.03.90) | Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados do FRHB, situados no Distrito Federal e dá outras providências. | 8.025 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | A principal alteração prevê que os atuais ocupantes dos imóveis terão preferência para a compra, ao preço definido pela Caixa Econômica Federal. |
| 150 de 15.03.90 (D.O.U. 15.03.90) | Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências | 8.028 de 12.04.90 (D.O.U. 15.03.90) | A principal modificação é que os US\$ 7 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ficam com a Caixa Econômica Federal e não mais com o Ministério da Ação Social |
| 151 de 15.03.90 (D.O.U. 15.03.90) | Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências | 8.029 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | Alterou a proposta do Governo no que diz respeito à extinção da Embrafilme e da Cobrapi, que passam agora à privatizáveis. A demissão de funcionários dos órgãos extintos deverá demandar uma indenização extra de dois salários para os servidores de nível superior e de três para os de nível médio. Além disso o Banco do Brasil passa a incorporar o BNCC. |
| 152 de 15.03.90 (D.O.U. 15.03.90) | Dispõe sobre as relações entre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras no âmbito da administração Pública Federal | 8020 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | A principal modificação, permite o empréstimo de funcionários públicos a estas entidades desde que as mesmas façam o ressarcimento das despesas. |
| 153 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Define os crimes de abuso do Poder Econômico e dá outras providências. | 8035 de 27.04.90 (D.O.U. 30.04.90) | Declarada nula e de nenhuma eficácia pela Medida Provisória nº 175 de 27.03.90. (D.O.U. 13.04.90) |
| 154 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências | 8030 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | As principais alterações prevêem a reposição automática da diferença entre a inflação oficial e o que foi prefixado para os salários, trimestralmente. As empresas que derem estabilidade mínima de 90 dias para seus funcionários poderão liberar cruzados novos retidos no Banco Central, através de uma linha de crédito especial |
| 155 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Cria o programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. | 8031 de 12.04.90 (D.O.U. 16.03.90) | A principal alteração impede que o Governo decida sobre as privatizações sem a participação do Congresso. Agora, a casa tem o poder de, num prazo de 60 dias, impedir a privatização ou modificar os critérios estabelecidos pelo governo para a venda de capital estrangeiro com direito a voto ficou em 40% |

| MEDIDAS PROVISÓRIAS | EMENTA | LEI | MODIFICAÇÕES |
|--------------------------------------|--|--|--|
| 156 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Define crimes contra a Fazenda Pública estabelecendo penalidades aplicáveis a contribuintes, servidores, fazendários e terceiros que os pratiquem | 8.035 de 27.04.90 (D.O.U. 30.04.90) | Declarada nula e de nenhuma eficácia pela Medida Provisória nº 175 de 27.03.90 (D.O.U. 28.03.90) |
| 157 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Dispõe sobre a criação de Certificados de Privatização e dá outras providências | 8018 de 11.04.90 (D.O.U. 12.04.90) | Aprovada na íntegra |
| 158 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação e dá outras providências. | 8032 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | A principal alteração foi a isenção e redução do imposto de importação, que recai sobre a importação de medicamentos destinados ao tratamento de aidéticos, bem como de instrumental científico destinado à pesquisa da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida, sem similar nacional. |
| 159 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas e dá outras providências. | 8027 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | A principal alteração foi a retirada do ítem que tornava passíveis de punição os funcionários que se referissem de "forma depreciativa" às autoridades ou atos do poder público |
| 160 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Altera a legislação do imposto sobre operações financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. | 8.033 de 12.04.90 (D.O.U. 13.03.90) | De 17.03.90, a qual foi convertida na Lei nº 8033. A principal alteração é que a operação do valor total das ações detidas pelo titular será obtida tomando-se por base o valor da ação no último pregão da bolsa em que tenha sido negociada. |
| 161 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. | 8.034 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | As principais alterações foram: a extinção dos incentivos fiscais para as indústrias siderúrgicas; o fim dos subsídios energéticos para a produção de alumínio. |
| 162 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda, dos ganhos obtidos em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados. | 8.014 de 06.04.90 (D.O.U. 09.04.90) | Aprovada na íntegra |
| 163 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Dispõe sobre a aplicação da pena de demissão a funcionário público. | 8.026 de 12.04.90 (D.O.U. 12.04.90) | Estende punição a todos os funcionários públicos que, quer por omissão ou ação, facilitarem a prática de crime contra a Fazenda Pública |
| 164 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Dispõe sobre o pagamento de tributos de competência da União. | 8.012 de 04.04.90 (D.O.U. 06.04.90) | Aprovada na íntegra |
| 165 DE 15.03.90 (D.O.U. 16.03.9) | Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais e dá outras providências. | 8.021 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | Altera a limitação de emissão de cheques ao portador e proíbe os títulos ao portador. |
| 166 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Altera o sistema de administração das receitas federais e dá outras providências. | 8.022 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | Permite que o Incra continue com a responsabilidade de elaborar o cadastro rural. |
| 167 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Altera a legislação do imposto de renda sobre o resultado da atividade rural e dá outras providências. | 8.023 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | Derruba a vinculação entre a arrecadação de impostos e a concessão de crédito. |
| 168 de 15.03.90 (D.O.U. 16.03.90) | Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências. | 8.024 de 12.04.90 (D.O.U. 13.04.90) | Alterada pela Medida Provisória nº 172 de 17.03.90 e pela Medida Provisória nº 174 de 23.03.90 |

Os Estoques de Materiais de Grande Oscilação

Não existe material nenhum cujo consumo não sofra alguma oscilação. Em alguns materiais, entretanto, esta oscilação torna-se realmente violenta. Costuma-se dizer que qualquer material cujo consumo ou venda, em mais de seis meses durante cada ciclo de 12 meses, é inferior a 10% da média anual de consumo, deve ser classificado como sendo de forte oscilação.

Em algumas empresas, todavia, esta definição pode ser alterada, para dizer-se que qualquer material cujo consumo ou venda, em mais de quatro meses durante cada ciclo de 12 meses, é inferior a 20% da média anual do seu consumo, deve ser classificado como sendo de forte oscilação.

De qualquer forma, seja qual for a definição de material de forte oscilação que a empresa utilize, esses materiais devem ser analisados de forma toda especial, pois a eles não se aplicam as regras de administração normal.

Se aplicarmos a esses itens as fórmulas matemáticas de previsão de vendas ou consumo, os resultados podem ser enganadores.

Se aplicarmos as regras de lote econômico que expusermos, no módulo da produção, podemos ser levados a assumir riscos desnecessários de faltas ou a ter estoques excessivos.

Por outro lado, em geral, os itens de forte oscilação também são itens de difícil obtenção.

Por causa disso tudo, é necessário criar um sistema separado para controle e suprimento desses itens. Esse sistema é baseado nos seguintes princípios:

- deve existir um ficha para controle do movimento.
- deve existir uma ficha estatística cobrindo um período de 6 a 12 meses
- a previsão de sua eventual venda ou consumo deve ser feita por pessoa que conheça o material, sem utilizar

fórmulas matemáticas de qualquer espécie - tendência, média ou histórico

- deve ser registrada a diferença entre a previsão e a saída real, a fim de se poder corrigir as previsões posteriores
- a revisão da previsão deve ser feita a cada três meses, a fim de reduzir o risco ao mínimo
- a soma entre quantidades em estoque e quantidade comprada deve ser igual à saída prevista até a hora da chegada do material comprado
- deve existir uma segunda pessoa, dentro da empresa, independente da pessoa que faz as previsões, para revisar o trabalho feito e fazer perguntas que esclareçam o porquê de certas previsões
- o valor total dos estoques desses itens deve ser inferior à soma do custo da mercadoria consumida ou vendida dos últimos meses.
- Se a quantidade de itens de forte oscilação for grande, seu controle deve ser dividido entre diversos responsáveis, para que possa ser executado de acordo com as normas sobre as quais acabamos de falar.

Isso terá como efeito treinar um certo número de pessoas a analisar estoques e a participar da responsabilidade pelo controle financeiro da empresa.

Deve-se mencionar neste ponto que se deve ter o cuidado de não confundir os estoques de forte oscilação com os estoques parados ou de giro lento - e com as reservas técnicas.

Vamos agora falar dos estoques de giro lento ou parados. Os estoques de giro lento decorrem de erros ocorridos no passado com relação ao suprimento de certos materiais. Há materiais que, por motivos técnicos, de repente, deixam de ser utilizados. Se não tiver havido cuidado no seu suprimento, este, mesmo depois de tomada uma decisão de

suspender seu uso, continuará a ser comprado, com base nas tendências anteriores. De repente, percebe-se que sua venda ou consumo pararam e a empresa fica entalada com um estoque que pode ter um valor sensível.

Se houver um sistema de revisão trimestral das tendências do consumo e dos estoques relativos, a percepção do mal ocorrido levará menos de três meses. Se esse sistema não existir, a percepção do mal pode levar mais tempo, o que agrava o problema. O problema é revelado pelo ato de que, a um ciclo normal de entradas e saídas, se sucede uma parada repentina das saídas. Este fenômeno é diferente do caso dos itens de forte oscilação, quando as saídas se espaçam, porém sempre se sucedem.

Os itens de giro lento, caracterizam-se porque tinham anteriormente uma saída regular e de repente esta pára. Sempre que um fato desses é percebido, deve ser iniciado um processo de liquidação do estoque, seja pela revenda, seja pela criação de mecanismos de consumo. Hesitar, demorar, na liquidação de estoques de giro lento, de um lado falsifica os valores por aumentar artificialmente o valor dos estoques com itens cuja probabilidade de consumo ou venda é bastante remota e, por outro lado, representa um empate de capital inútil.

Muitas vezes é melhor ter uma perda imediata, seja qual for, do que ficar muito tempo com uma situação irregular. As empresas melhor organizadas, assim que percebem que um item qualquer entrou na categoria de estoque de giro lento, reclassificam o material, para que seja somado na categoria de giro lento, e atribuem a alguém a responsabilidade pela sua liquidação.

Encargos Sociais:

Demonstrativo para cálculo do custo base dos funcionários

Para elaborar este demonstrativo utilizamos o seguinte critério:

Dias úteis aproveitáveis: -

| | |
|-------------------------------|-------|
| ANO | - 365 |
| FÉRIAS | - 30 |
| FERIADOS | - 10 |
| SÁBADO 1/2 EXPED. | - 26 |
| DOMINGOS | - 52 |
| BASE DE DIAS PRODUTIVOS | - 247 |

GRUPO I ENCARGOS DIRETOS

| | |
|--|--------|
| IAPAS (salário percebido no mês) | 20,00% |
| SESI ou SESC | 1.50% |
| SENAC ou SENAI | 1.00% |
| INCRA | 0.20% |
| SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 2.50% |
| SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) | 2.00% |
| FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) | 8.00% |
| Sub total do Grupo I | 35.20% |

GRUPO II DIAS NÃO PRODUTIVOS

| | |
|---|--------|
| RSR (Repouso Semanal Remunerado) | 21.05% |
| FÉRIAS | 12.15% |
| FÉRIAS 1/3 (adquirido após CF/88) | 4.04% |
| FERIADOS E DIAS SANTIFICADOS | 4.05% |
| AVISO-PRÉVIO | 2.52% |
| AUXÍLIO-DOENÇA | 0.91% |
| LICENÇA-PATERNIDADE | 0.24% |
| FALTAS JUSTIFICADAS | 0.01% |
| REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO (de 48 hs. p/44 hs.) | 10.53% |
| Sub total do Grupo II | 55.50% |

GRUPO III

| | |
|---|--------|
| 13º SALÁRIO | 12.15% |
| INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA (40% dos depósitos do FGTS) | 4.53% |
| VALE TRANSPORTE | 1.50% |
| Sub total do grupo III | 18.17% |

GRUPO IV ESTE GRUPO CONSISTE NAS REINCIDÊNCIAS

| | |
|--|--------|
| FGTS NO 13º SALÁRIO | 0.96% |
| REINCIDÊNCIA DO GRUPO SOBRE O GRUPO II | 19.54% |
| IAPAS SOBRE O 13% SALÁRIO | 2.27% |
| Sub total do Grupo IV | 22.77% |

TOTAIS

| | |
|---|--------|
| GRUPO I 35.20; GRUPO II 55.50; GRUPO III 18.17 GRUPO IV 22.77 | |
| TOTAL | 131.64 |

GRUPO II

O repouso semanal remunerado (RSR) é constituído por 52 domingos, 30 dias de férias, 52 sábados, com jornada de quatro horas ($52 : 2 = 26$) isto corresponde a 26 dias e 10 dias de feriados e dias santificados; no entanto são 247 dias produtivos ao ano. $(52 \times 10) : [365 - (52 + 30 + 26 + 10)] = 5.200 : 247 = 21.05$

Lei 605/49 Artigo 1º: todo o empregado tem direito ao repouso semanal remunerado, de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, preferentemente aos domingos.

FÉRIAS

Para este cálculo utilizamos o prazo máximo ou seja um prazo de trinta dias considerando que o funcionário tenha o mínimo de faltas injustificadas (art. 129,130 da CLT).

$(30 \times 100) : [365 - (52 + 30 + 26 + 10)] = 3.000 : 247 = 12.15$

FÉRIAS 1/3

$12,15 - [(30 \times 100 \times 1.3334)] : [365 - (52 + 30 + 26 + 10)] = 12,15 - (400.02 : 118) = 4.04$

FERIADOS E DIAS SANTIFICADOS

Observando na tabela de dias úteis, Maringá tem 10 dias feriados e santificados.

$(10 \times 100) : (365 : 10) = 1000 : 247 = 4,05$

AVISO PRÉVIO

No período de aviso-prévio o empregado tem seu horário reduzido em duas horas de trabalho por dia, sendo assim temos trinta dias corridos em uma média de 25 dias úteis.

$(2 \times 25 \times 100) : [8 \times (365 - 118)] = 5000 : 1977 = 2.52\%$

AUXÍLIO DOENÇA

Estimamos que aproximadamente 15% dos empregados recorrem a este benefício anualmente. A empresa assume as despesas dos primeiros 15 dias e com isto temos:

$(15 \times 15) : (365 - 118) = 225 : 247 = 0.911$

LICENÇA PATERNIDADE

Estimamos que aproximadamente 10% dos empregados recorrem a este benefício anualmente. A empresa assume as despesas de 6 dias conforme o art. 7 parágrafo XIX até que a regulamentação de lei determine outro limite de dias (entendemos que para o funcionário obter este direito o pedido deve ser feito por escrito podendo ser este antes ou após o parto).

$(6 \times 10) : (365 - 118) = 60 : 247 = 0.24$

FALTAS JUSTIFICADAS

Estimamos que todos os funcionários faltam 3 dias por ano e essas faltas sejam justificadas conforme o artigo 473 da CLT.

$3 : (365 - 118) = 3 : 247 = 0.01$

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A Constituição Federal modificou de 48 para 44 horas semanais a jornada de trabalho, entretanto o limite de horas diárias permanece 8 horas. Esta redução representa 52 meios dias-ano que correspondem a 26 dias-ano não trabalhados e remunerados.
(26 x 100) : (365 - 118) = 10,53%

GRUPO III

Este se constitui das obrigações trabalhistas que não sofrem incidências dos demais encargos.

13º SALÁRIO

(30 x 100) : (365 - 118) = 3000 : 247 = 12,15

INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA

Nas rescisões de contrato de trabalho sem justa causa a empresa paga uma multa de 40% do valor do FGTS depositado. Sendo esta incidência cumulativa ao grupo III.

8% x 41.60% + 41.60 : 11.33

11.33 x 40% = 4.53

VALE TRANSPORTE

Em vários estudos a nível nacional o vale transporte tem um custo de 1.5%

GRUPO VI

Grupo das reincidências FGTS do 13º 8% do FGTS

12% do encargo provocado pelo 13º salário

8% x 0.12 = 0,96

Grupo I sobre o grupo II

35.20 x 0.5550 = 19.54

IAPAS sobre o 13º salário

O IAPAS pago pela empresa é de 27.2

27.2 . 12 meses = 2.27

INFORMÁTICA abate IR

A Cetil - Rede Nacional de Informática esclarece aos associados desta entidade que para o exercício financeiro de 1990, correspondente ao período base de 1989, ainda é possível deduzir 0,25 (vinte e cinco centésimos por cento) do Imposto de Renda devido, para aplicação em ações novas de empresas do setor de informática (Lei 7.232 - Art. 21).

As declarações poderão ser feitas em Cruzados Novos em uma só parcela até dia 30 de abril, e demais vencimentos, em cruzeiros. A Cetil, através de suas instalações próprias, dos associados, hoje com mais de 3.000 (três mil) é a maior empresa privada prestadora de serviços de informática no país, e das credenciadas, o Cetil atua a nível nacional, podendo

Maio/90 - 18

estender seus serviços a todas as regiões do país.

A empresa desde sua fundação sempre foi a alta qualidade de seus sistemas, investindo prioritariamente na formação de recursos humanos e desenvolvimento de sistemas com a utilização das mais modernas tecnologias, consolidando sua posição de líder nacional no fornecimento de softwares para a área financeira e de administração municipal.

Nova Política Salarial

A Lei 8.030 de 12 de abril de 1990 institui a nova sistemática para reajuste de salários.

— O percentual de aumento salarial será divulgado pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Critério: No primeiro dia útil após o dia 15 de cada mês, a partir de 15 de abril de 1990, a meta para o percentual será a variação média dos preços durante o mesmo mês aplicado no primeiro dia do mês em curso no salário mínimo, e este percentual estabelecido será válido para o reajuste das remunerações relativas ao trabalho prestado no mês, aplicando-se também para os trabalhadores horistas, diaristas, mensalistas e trabalhadores avulsos.

— Além do aumento do item anterior poderão ser negociados livremente um reajuste superior entre empregado e empregador, desde que este não seja repassado para as mercadorias e/ou serviços em geral.

Previdência Social: alterações

O valor da Previdência Social, a partir de 01/04/90 passou a ser convertido em BTNF.

1º - IAPAS SEM CORREÇÃO

Se os pagamentos forem efetuados no 1º dia útil posterior a sua competência.

2º - IAPAS COM APENAS A COR-

REÇÃO MONETÁRIA

Se o pagamento for efetuado até o dia 8 ou o dia útil imediatamente anterior, somente com a correção do BTNF, ou seja apura-se o valor obtido no campo 27, divide-se pela BTNF do 1º dia útil e multiplica-se pela BTNF do dia do pagamento (esta operação deve ser demonstrada no campo 43), o resultado obtido transfere-se para o campo 31 do DARP - Documento de Arrecadação da Previdência Social.

3º - IAPAS EM ATRAZO

O pagamento a partir do vencimento acima mencionado acarretará:

O valor atualizado conforme o item anterior.

MULTA:

10%, se o devedor recolher ou depositar, de uma só vez, espontaneamente, antes da notificação do débito;

20%, se o recolhimento for efetuado dentro de quinze dias contados da data da NOTIFICAÇÃO DO DÉBITO, ou se, no mesmo prazo, for feito depósito à disposição da Previdência Social, para apresentação de defesa;

30%, se houver acordo para parcelamento; e

60%, nos demais casos.

JUROS:

1% ao mês, sendo o prazo, para efeito da incidência, contado a partir do dia seguinte ao do vencimento da obrigação, até o oitavo dia do mês subsequente.

Base legal: —

Medida Provisória 164, de 15/03/90, convertida em Lei nº 8.012 de 04/04/90.

IR sobre ganho de capital

Na Instrução Normativa nº 56, de 05.04.90 (DOU 06.04.90), ficou estabelecido que a partir de 1º de março de 1990, o ganho de capital auferido por pessoa física, decorrente de alienação de bens e direitos, a pessoas físicas ou jurídicas, sujeita-se ao recolhimento mensal do imposto (carnê-leão). O ganho de capital recebido será somado aos demais rendimentos do mês sujeito ao recolhimento mensal, este imposto será pago nos mesmos prazos previstos para o recolhimento mensal (carnê-leão), com o código 0190.

FGTS - Impossibilidade de saque nos contratos por prazo determinado

A Lei 7.839/90 deixa poucas hipóteses para saque do FGTS quais sejam:

- 1) Despedida sem justa causa, inclusive a indireta, por culpa recíproca e força maior, pagando o empregador a multa de 40% ou 20% conforme o caso.
- 2) Extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão do contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado.
- 3) Aposentadoria concedida pela Previdência Social.
- 4) Falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensão por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento.
- 5) Pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:
 - a - o saldo da conta vinculada corresponda a, no mínimo, 5 vezes a renda mensal do mutuário;
 - b - o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo durante o prazo de 12 (doze) meses;
 - c - o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% do montante da prestação;
 - d - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas

as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 anos para cada movimentação;

e - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a.1 - o saldo da conta vinculada do adquirente deverá ser igual ou superior a 5 vezes o valor da

renda mensal;

a.2 - seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

6) quando permanecer 3 anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos.

Sendo assim, por falta de previsão legal, o empregador fica impossibilitado de autorizar o saque dos valores depositados durante o período de trabalho na empresa nos casos de Contrato de Experiência, Contrato por Obra Certa e Contrato por Prazo Determinado.

Circular nº 1.709, de 03 de maio de 1990

Pagamento de impostos, taxas e multas em cruzados novos - Vedações.

Comunicamos que a Diretoria do Banco Central do Brasil, em sessão de 02.05.90, tendo em vista o disposto no artigo 20 da Lei nº 8.024, de 12.04.90, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 180, de 17.04.90, decidiu:

Art. 1º. Tornar público o teor do Aviso nº 282, de 02.05.90, da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, dirigido a este Órgão, conforme anexo.

Art. 2º. As instituições financeiras que acolherem pagamento de impostos e multas em desacordo com o disposto no citado Aviso sujeitar-se-ão ao recolhimento, em cruzeiros, ao Banco Central do Brasil, da importância recebida, que se transformará em cruzados novos, sem prejuízo das demais sanções legais e regulamentares.

Art. 3º. Esta Circular entrará em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO JORGE L. LOYOLA
Diretor

Anexo à Circular nº 1.709, de 03.05.90
"AVISO Nº 282" Em 02.05.90
Senhor Presidente,

Tendo em vista a necessidade de uniformizar o comportamento do sistema financeiro, quanto ao recolhimento de impostos, taxas e contribuições em cruzados novos, com base no contido no art. 13 da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 180, de 17 de abril de 1990, recomendo a esse Banco expedir instruções ressaltando que:

a) é vedado o pagamento em cruzados novos dos impostos e multas abaixo rela-

cionados, de acordo com respectivos períodos de apuração conforme definido na legislação própria:

I - imposto sobre produtos industrializados (IPI), exceto em relação aos períodos de apuração encerrados até 15.03.90;

II - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS), exceto em relação aos períodos de apuração encerrados até 31.03.90;

III - imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos (IVV), incidente sobre faturamentos posteriores a 15.03.90;

IV - imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), retido nos casos de pagamento de serviços efetuados em cruzeiros;

V - multas administrativas em geral, previstas na legislação federal, estadual ou municipal, tais como as cobradas por infrações às legislações trabalhista, de saúde pública, trânsito, obras, etc, ressalvadas as multas incidentes sobre impostos ou contribuições recolhidos em cruzados novos, na forma admitida pela legislação.

b) os pagamentos efetuados em desacordo com o disposto nos incisos acima estão sujeitos às penalidades previstas no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.024/90, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 180/90;

c) inclui-se nas vedações previstas no Art. 13 da Lei nº 8.024/90 a compensação de créditos relativos às importâncias recolhidas em cruzados novos com débitos que devam ser pagos em cruzeiros, na forma da legislação.

ZÉLIA M. CARDOSO DE MELLO
Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento

TABELA PRÁTICA

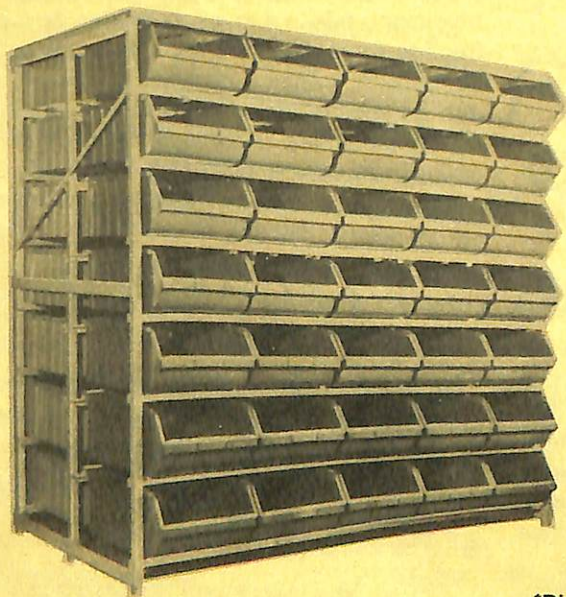
| NOMENCLATURA MÊS | SALÁRIO MÍNIMO REFERÊNCIA | PISO NAC. DO SALÁRIO/SALÁRIO MÍN. | SALÁRIO FAMÍLIA | I. P. C. | | POUPANÇA | M.V.R. | V.R.R 1º SUB-REG. PR | BTN | IGP/FGV NO MÊS | U.P.C. | VRF |
|---------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------|----------|----------------------|----------|--------|----------------------|---------|----------------|--------|--------|
| | | | | NO MÊS | NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | |
| JANEIRO/89 | 31,86 | 54,37 | 1,60 | 70,28 | 1.410,64 | 22,9708 | 15,48 | 14,40 | - | 36,56 | 6,67 | |
| FEVEREIRO/89 | 36,74 | 63,90 | 1,85 | 3,60 | 1.226,74 | 18,9457 | 17,86 | 16,61 | 1,0000 | 11,80 | 6,67 | 7,55 |
| MARÇO/89 | 36,74 | 63,90 | 1,85 | 6,09 | 1.113,29 | 20,4139 | 17,86 | 16,61 | 1,0360 | 4,23 | 6,67 | 8,94 |
| ABRIL/89 | 36,74 | 63,90 | 1,85 | 7,31 | 991,53 | 11,5182 | 17,86 | 16,61 | 1,0991 | 5,17 | 11,57 | 10,71 |
| MAIO/89 | 46,80 | 81,40 | 2,35 | 9,94 | 918,88 | 10,4897 | 22,74 | 21,14 | 1,1794 | 12,76 | 11,57 | 11,88 |
| JUNHO/89 | extinto | | | 24,83 | 964,06 | 25,4541 | 22,74 | 21,14 | 1,2966 | 26,76 | 11,57 | 13,06 |
| JULHO/89 | - | 149,80 | 2,85 | 28,76 | 1.004,55 | 29,4038 | 28,90 | 26,87 | 1,6186 | 37,88 | 17,62 | 16,30 |
| AGOSTO/89 | - | 192,88 | 3,67 | 29,34 | 1.084,00 | 29,9867 | 37,22 | 34,61 | 2,0842 | 36,48 | 17,62 | 20,99 |
| SETEMBRO/89 | - | 249,48 | 4,75 | 35,95 | 1.198,00 | 36,6297 | 48,13 | 44,71 | 2,6956 | 38,92 | 17,62 | 27,15 |
| OUTUBRO/89 | - | 381,73 | 6,46 | 37,62 | 1.303,78 | 38,3081 | 65,46 | 60,86 | 3,6647 | 39,70 | 39,89 | 36,91 |
| NOVEMBRO/89 | - | 557,33 | 8,89 | 41,42 | 1.464,16 | 42,1271 | 90,07 | 83,74 | 5,0434 | 44,27 | 39,89 | 50,80 |
| DEZEMBRO/89 | - | 788,18 | 12,57 | 53,55 | 1.764,87 | 54,3177 | 127,36 | 118,41 | 7,1324 | 49,39 | 39,89 | 71,84 |
| JANEIRO/90 | - | 1.283,95 | 19,30 | 56,11 | 1.609,68 | 56,8905 | 195,62 | 181,88 | 10,9518 | 71,70 | 119,21 | 110,31 |
| FEVEREIRO/90 | - | 2.004,37 | 30,13 | 72,78 | 2.751,34 | 73,6439 | 305,36 | 283,91 | 17,0968 | 71,68 | 119,21 | 172,20 |
| MARÇO/90 | - | 3.674,06 | 52,06 | 84,32 | 4.853,90 | 85,2416 | 527,66 | 490,60 | 29,5399 | 81,32 | 119,21 | 297,53 |
| ABRIL/90 | - | 3.674,06 | 52,06 | 44,80 | 6.584,60 | 0,5000 | 527,66 | 490,60 | 41,7340 | - | 592,67 | 548,40 |
| MAIO/90 | - | . | . | - | - | - | | | | - | 592,67 | 548,40 |

* Até a elaboração da tabela prática, os valores não foram divulgados pelos órgãos oficiais.

Ciclos

PRODUTOS MARFINITE

Av. Brasil, 4856 - Fone: 24-4144 - Maringá - PR



PRATELEIRA
PARA
ESTOQUE

*Diversos tamanhos

FINOR uma opção inteligente e lucrativa

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, através do Serviço Público Federal informa aos associados desta entidade, em ofício datado de 23 de abril de 1990, sobre a preservação do direito de opção pelo FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste, na próxima declaração de Imposto de Renda das pessoas Jurídicas de todo o País.

A Superintendência esclarece que as modificações e aperfeiçoamentos a serem introduzidas no FINOR vigorarão a partir de 1991, após reavaliação determinada pelo Governo nas recentes medidas econômicas, que suspenderam a opção pelo Fundo, somente no próximo exercício.

Por essa razão, torna-se necessário informar aos associados dessa entidade que a FINOR é um dos principais instrumentos de desenvolvimento do Nordeste, tendo criado mais de três milhões de empregos diretos e indiretos nos Estados da Região.

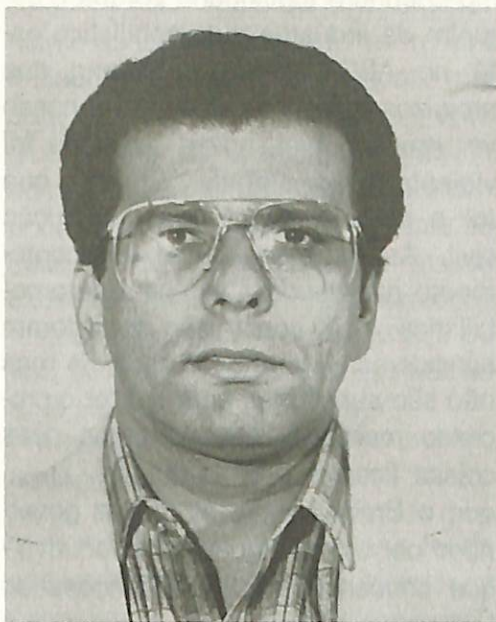
A opção pelo FINOR é normal e sem nenhuma alteração, além de ser uma decisão rentável e lucrativa, incluindo a empresa entre os participantes do maior fundo de investimento do Brasil, hoje com milhares de investidores e um patrimônio líquido de Cr\$ 3,2 bilhões.

Plano Collor. E Agora?

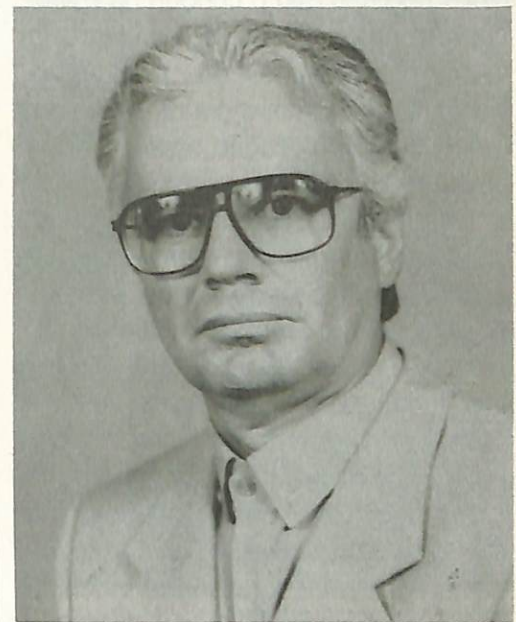
Estamos diante de mais um "Plano" Econômico elaborado pelo Governo. Quem não se lembra dos outros? Plano Bresser, Verão e Cruzado. Mais uma vez a iniciativa privada carrega nas costas o poder público. O governo sequestrou literalmente o dinheiro deste setor, afirmando medidas enérgicas para acabar com a inflação e o alto custo de vida. No entanto, suas medidas foram claramente ilusórias, vendendo alguns carros e tirando mordomias do funcionalismo público, pois o verdadeiro problema continua aí aos olhos de todos. Os gastos supérfluos e as demissões que não ocorreram, só fizeram se mostrar a enganação governamental. E o pior de tudo, é que o déficit público ainda continua.

Moacyr Colombo dá as "dicas"

Apesar de algumas reações negativas nos primeiros trinta dias de implantação do Plano Collor, Moacyr Colombo diz estar bastante otimista com a evolução do Plano e diz "tenho acompanhado o plano de perto por trabalhar no setor de consultoria de custos e preços". Moacyr é economista há 18 anos e professor de Análise Econômica e Financeira, e de Economia Brasileira na UEM. Fala ainda que as pequenas e médias empresas, hoje já estão reagindo positivamente, e o que contribuiu para isto foi a queda brutal dos juros, com implantação do plano. Por outro lado, as empresas de grande porte, principalmente indústrias é que estão sendo mais afetadas, por falta de demanda no mercado. Quanto aos salários, comenta, ninguém pode afirmar categoricamente qual foi a perda real, no entanto é de direito do trabalhador reivindicar as perdas anteriores ao mês de abril, mas de maneira controlada. Na realidade, o que o governo fez foi oficializar esta defasagem de salários que tínhamos todo mês antecipando o índice inflacionário. A economia hoje está estagnada, e o que se pode afirmar, continua, é que não



Alcides: "o governo sequestrou nosso dinheiro"



Agenor Maia: "Plano Collor foi um choque"

cabe um salário real maior, diante da atual situação. E para que este plano continue dando certo, e que a inflação não volte bruscamente, é necessário que não se aumente ainda mais as demissões, que não haja uma queda de produtividade causando o aumento excessivo de preços, todos devem cooperar, afirmou. Desde os comerciantes e empresários, não alterando o preço de seus produtos, como o governo, administrando cuidadosamente o Plano, suspendendo de imediato os juros da dívida externa, além de criar um mecanismo de incentivo ao investimento de produtividade, e finalmente reduzir o déficit público, cortando despesas supérfluas, não correndo o risco de emitir dinheiro para cobrir a dívida interna do país.

E para os empresários, como está sendo o Plano Collor? As medidas tomadas foram corretas? O primeiro impacto, as reformas administrativas, prejuízos, quais as expectativas? Vejamos a opinião de alguns empresários que receberam o Plano de frente.

Sérgio Luís Scramin - Gerente da Caixa Econômica Federal - "A CEF acolheu o "Plano Brasil Novo" com muita receptividade, haja visto a tendência caótica da situação anterior. De imediato a CEF se propôs a apoiar plenamente as medidas do

plano no sentido de respaldar totalmente as decisões do Governo tendo como principal objetivo o bom atendimento ao cliente. A Caixa vem tomando todas as medidas administrativas necessárias visando adequar-se à nova realidade econômica. Todo o corpo funcional da CEF vem dedicando-se unânime e incansavelmente ao trabalho, a fim de superar todas as dificuldades advindas da necessidade do novo posicionamento frente a essa nova realidade. A Caixa agiliza algumas medidas, no sentido de angariar recursos para poder manter sua função de agente social do Governo, mantendo todos os seus atrativos anteriores e criando novos produtos mais adequados ao momento. O interstício entre a divulgação do Plano Brasil Novo e a execução pela rede bancária, tão pequeno para a análise e adequação, pode ter gerado um desconforto momentâneo aos clientes, exigindo do corpo funcional muita criatividade e competência. O Governo detém todo o poder de decisão para julgar a necessidade e o momento oportuno para tal. E a CEF, inserida dentro do contexto atual, sempre em sintonia com as áreas afins, está pronta a cumprir o papel que lhe compete".

Alcides Siqueira Gomes - Diretor-
Maio/90 - 21

Presidente da Somaco S/A - Comércio de Automóveis - "A verdade é que o País estava a beira de uma hiperinflação e que exigia medidas duras, nas áreas monetárias e fiscais, mas ficamos surpresos com o Plano Brasil Novo que não deu o choque na matriz da inflação que era o setor público. Isto fez com que nós nos manifestássemos já no primeiro dia de plano nos meios de comunicação dizendo que o governo acabara na oportunidade com a coisa mais importante no mundo dos negócios que é o mercado, e isto aconteceu tendo em vista o estúpido sequestro das contas correntes das pessoas físicas e ao capital de giro das jurídicas. Assim sendo, vimos o plano na oportunidade com reservas pois todos os setores foram enfraquecidos e provavelmente resultaria numa fortíssima recessão, pois acreditávamos que o Congresso iria modificar algo na Medida Provisória nº 168, o que não aconteceu e agora considero o plano de difícil gerenciamento. Foram tomadas medidas complementares como a reforma administrativa, desestatização e privatização de empresas sem os devidos cuidados e até aleatoriamente. O governo confunde a cabeça da população brasileira menos esclarecida com a definição da inflação com preços que são coisas distintas em economia. O Governo (e quando assim falo me refiro ao Executivo e Legislativo) enfraqueceu o setor privado (o produtivo, o mais eficiente). O que nós tivemos foi um plano pela metade, ele não previu como promover o desenvolvimento econômico. O conjunto de medidas já conhecidas está fadado a reproduzir as condições de instabilidade que contribuíram para determinar o insucesso dos planos anteriormente formulados. O Governo continua contribuindo com uma gota d'água em comparação com o oceano sequestrado do setor privado. Aliás, foi um verdadeiro desastre a comunicação do governo com a sociedade das medidas do plano de estabilização. Verificamos com o plano que a nossa empresa perdeu liquidez do dia para a noite e que de hora em diante deveríamos correr atrás dos supérfluos e de cruzeiros para podermos manter as organizações do grupo durante a re-

cessão futura. A verdade é que na nossa atividade econômica o impacto foi maior que achávamos e como somos dependentes de uma indústria que representa 10% do PIB brasileiro, mantivemos calmos e não dispensamos nenhum funcionário porque o estúpido da indústria automobilística está no ABCD paulista. Quanto aos prejuízos a resposta é sim, e a nosso ver irrecuperável, nossa atividade foi violentamente afetada, acredito que foi a primeira depois da construção civil. As medidas tomadas recentemente atendendo a indústria automobilística e a construção civil foram consideradas corretas e pontuais mas não são suficientes para conter o processo recessivo. Com o plano duas coisas ficaram bem definidas; Uma que o Brasil é hoje outra vez governado por um só poder - O Executivo - que concentra em si as funções do Legislativo e Judiciário, e a segunda é que o destino do País está nas mãos de uma só pessoa e mais três ou quatro assessores que embora doutores, são teóricos e deixaram o setor público com as comportas abertas que é a matriz da nossa desgraça inflacionária. O Brasil continua carente de liberdade econômica. O sistema em que o governo regula a economia está falido no mundo. O perigo maior está na morosidade do governo, ou seja o atraso na reordenação da atividade econômica. O corte abrupto na liquidez afetou de forma diferenciada os vários segmentos da economia. Há liquidação de estoques à procura de



Paulo Pedro Poltronieri: preocupação com agropecuária

cruzeiros para saldar compromissos presentes e futuros, sem a retomada do processo produtivo, bem como sem a conseqüente redefinição da relação preço/custo, tornando prematura a afirmação do governo sobre a inflação zero, ou supor ter alcançado o controle do processo inflacionário. Com isto teremos um desabastecimento, demissões, sucateamento das empresas, concentração da renda nacional, conseqüentemente queda na demanda agregada com a retomada do desenvolvimento econômico se complicando e aumentando os níveis já alarmantes de pobreza do país. Tudo isto se prevê se o governo continuar procurando popularidade demagógica, dominando a torneira ao bel prazer nas urnas da classe política das próximas eleições. Pois tem todos os recursos da economia em suas mãos e não admite que alguém entre na justiça nos próximos dois anos contra qualquer ato do plano (Medida Provisória nº 182). O que precisa resgatar junto a sociedade é a credibilidade perdida e ser finalmente eficaz em sua prestação de serviços. Inflação se combate com trabalho, produção, produtividade, e com um orçamento público equilibrado e não com discursos e medidas provisórias".

Nilso Costa - Sócio-Presidente da Feiticeira Calçados Ltda. - "A primeira impressão que o Plano Brasil Novo me trouxe foi um "choque", paralisando totalmente a empresa. Depois, lentamente, comecei a pesquisar o mercado procurando mercadorias mais baratas, mesmo com a queda brutal das vendas. Posso dizer até que com todas essas mudanças econômicas não tive prejuízos, mas fiquei com o caixa a "ZERO". O governo ainda terá muitas mudanças a fazer em relação à reajustes, aluguéis, demissões em massa na construção civil, etc., porém mesmo com as primeiras medidas energéticas, acredito que o caminho esteja certo".

Eugênio Such - Restaurante e Hotel Deville - "Queda de movimento, redução de vendas entre 60 e 70%, um grande prejuízo, este foi o resultado do Plano Collor em minha empresa. Acredito que a recuperação destas perdas sejam longas até mesmo impossíveis, caso o plano não de certo.

Nossa empresa foi obrigada a tomar algumas reformas administrativas como: férias antecipadas aos funcionários, por falta de trabalho. Outras medidas como descontos, promoções, e diversas outras alternativas foram adotadas para tentar melhorar a clientela. Apesar disso, acredito no Plano Collor e torço para que de certo. No entanto, o governo terá que reduzir ainda mais o déficit público, tirar as mordomias que ainda existe, e incentivar a indústria para uma retomada na produção”.

Agenor Maia - Comércio de Materiais de Construção - “O Plano veio como todo choque econômico, causando uma paralisação na comercialização dos produtos. Porém não houve demissões em minha empresa, consegui até segurar a economia da empresa e expandir com uma clientela bastante diversificada. Depois de 30 dias de choque, as vendas têm aumentado gradativamente, isso devido a queda de preços dos produtos. Hoje estamos investindo em mais duas lojas, porém, dadas as exigências absurdas do poder público municipal, tornou-se inviável a instalação de novas lojas em Maringá, por isso instalaremos as lojas em outra cidade. Mas, por outro lado, espero que este plano de certo, e caso as medidas não forem seguidas a risca, poderá falhar. Outras medidas ainda se fazem necessárias terão que ser adotadas urgentemente, como incentivar a construção civil, conforme temos conhecimento, quitando-se começaria pela implantação da cesta básica para materiais de construção seguida por uma política habitacional a longo prazo, a fim de diminuir o déficit habitacional do País”.

Paulo Pedro Poltronieri - Churrascaria Galletto Sulino - “Para mim este plano trouxe algumas modificações. Uma queda de 70% no movimento, por falta de dinheiro no mercado, bloqueio das contas correntes e poupança das pessoas físicas. Desta forma, reuniões, convenções, buffet para casamento, recepções, coquetéis, estão temporariamente cortados em meu trabalho. Eu me preocupo com a queda da agropecuária, por fatores climáticos e principalmente por falta de incentivos governamentais, e acredito

que pelo menos durante um ano viveremos em transição, descobrindo alternativas e reduzindo custos neste momento de estagnação econômica. O resultado do Plano só veremos daqui há dezoito meses, isto se houver colaboração e apoio do povo e governo, só assim acredito que haverá uma melhor distribuição das rendas, mas para isto o governo terá que ser enérgico e continuar a enxugar a máquina administrativa. O que não poderá continuar a ocorrer são os contrastes sociais, como demissões em massa, causando saques em supermercados, restaurantes, greves aceleradas e outros desequilíbrios sociais prejudicando e sabotando o atual plano”.

Francisco Vicente Mommensohn - Supermercado Catarinense - “A empresa recebeu o plano bem. No mesmo momento em que o plano foi decretado nós começamos a receber em cruzeiros, e os preços das mercadorias na sua grande maioria abaixaram e nós não tivemos dinheiro retido por esta rotatividade de produtos. Sem prejuízos, sem demissões, apenas uma pequena restrição de compras dos fornecedores que aguardaram definição política. O caminho é por aí, nossa parte está feita agora falta o governo cumprir a parte dele”.

Edson Yokoyama - Comércio de Tecidos Maringá - “Confuso. Esta foi a impressão do Plano quando implantado. Informações desencontradas e sem dinheiro no mercado. O comércio teve uma queda brutal nas vendas atingindo 70%, e por isso tivemos que antecipar férias, proporcionar promoções e vender até a prazos mais longos. O plano é bom, apesar das primeiras impressões, mas o que não poderá acontecer é o governo desistir desta caminhada, e de jeito nenhum falhar, voltando à antiga inflação, isso causaria um caos irreparável na nossa economia”.

Diante do quadro podemos afirmar que Maringá não sentiu o Plano Collor. Uma cidade ligada inteiramente à agro-indústria, reagiu normal à implantação do Plano Brasil Novo. Um balanço depois de 30 dias de plano, não constatamos demissões em massa, e a construção civil continua trabalhando normalmente, o comércio opera tranquilo e nenhuma empresa faliu ou abriu concordata.



Eugênio Such: “apesar dos prejuízos acredito no Plano”

Visita ao Pronto Socorro

No último dia quatro de maio, a diretoria da ACIM, representada pelo presidente Fernando Henriques e pelo primeiro secretário Luís Carlos Masson estiveram visitando o Pronto Socorro, juntamente com o Reitor da UEM, Fernando Pontes de Souza, presidente da Câmara Municipal, Jamil Josepetti, secretário de Saúde, Júlio Meneguetti, ex-secretário da Saúde, Marco Rocha Loures, Diretora-médica do posto, Tânia Napolitana, Diretoria Executiva do Hospital Regional e outras autoridades.

O objetivo da visita foi conhecer todo o estabelecimento a fim de agilizar um movimento com as necessidades de colocar o Pronto Socorro em pleno funcionamento, além de solicitar à comunidade, principalmente das lideranças da cidade, recursos para esta finalidade.

Hoje o Centro cirúrgico possui 80% de seus equipamentos, mas sem fun-

cionamento. Outros departamentos desativados são: cozinha, refeitório e laboratório, com todos os equipamentos de análise, inclusive com material com validade previstas, tudo por falta de recursos humanos.

O Pronto Socorro funciona com a Central de esterilização, Raio-X, Farmácia, 24 (vinte e quatro) leitos para utilização e mais 18 (dezoito) na enfermaria, capela, lavanderia e sala de emergência. Esta sala é o único local em Maringá que possui uma unidade de Pronto Socorro Córdio-Versor (ou Desfibrilador), que serve para reverter as batidas cardíacas (choque).

O atendimento é feito com 33 (trinta e três) médicos, sete enfermeiras, 60 (sessenta) pessoas de apoio, com 8 (oito) mil consultas mensais, uma média de 290 diárias. Este investimento é para que o Posto de Saúde, sendo um dos setores do Hospital Universitário Regional de Maringá, seja o único hospital público do Noroeste do Paraná, tendo objetivo de atender a população carente de toda região, e prestar apoio aos cursos da área da UEM.

Governo libera verbas

No dia 08 de maio, outra comitiva representada por Dacimar de Carvalho, presidente da Sociedade Médica de Maringá; Fernando Pontes de Souza, reitor da UEM; coordenadores dos cursos de Medicina e Odontologia; Fernando Henriques, presidente da ACIM; Jamil Josepetti, presidente da Câmara; Willy Taguchi, vice-prefeito, estiveram em Curitiba com o governador Álvaro Dias, reiterando algumas reivindicações antigas e discutindo outras.

O Governador autorizou a contratação de pessoal para fazer funcionar o Hospital, comentou ainda a possibilidade de incluir no orçamento do Estado, verbas para os cursos de Odontologia e Medicina na UEM, aguardando ainda aprovação da lei.

CURSOS

MATEMÁTICA FINANCEIRA COM USO DE CALCULADORA

OBJETIVO:

Proporcionar aos participantes condições de resolver os problemas financeiros comuns na vida empresarial, contando com recursos das calculadoras eletrônicas e sem necessitar conhecer a complexa técnica de matemática financeira.

PROGRAMA:

ABORDAGEM TEÓRICA:

PERCENTAGEM: conceituação-cálculo de taxa, do principal e a porcentagem.

ACRÉSCIMO E DECRÉSCIMO PERCENTUAIS: taxas sucessivas-acrécimos e decréscimos sucessivos.

CAPITALIZAÇÃO SIMPLES: (juros simples) - conceituação - cálculo de juro, de taxa, do prazo e do capital - taxas equivalentes proporcionais de juros simples.

CASOS PARTICULARES DE CAPITALIZAÇÃO SIMPLES: montagem (valor futuro) - desconto racional (por dentro) - desconto bancário (por fora ou comercial) - considerações sobre a taxa de juros sem operações de desconto bancário.

CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA: (juros compostos) - conceituação - cálculo do montante, da taxa, do prazo e do capital.

TAXAS EQUIVALENTES EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA: capitalização e descapitalização de taxas efetivas - mensalização e anualização de rendimentos auferidos.

DESCONTO RACIONAL COMPOSTO: (valor atual em regime de capitalização composta) - equivalência de capitais deferidos. SÉRIES DE PAGAMENTO: séries de formação de capital (planos de capitalização) - séries de recuperação de capital (Financiamento).

TAXA INTERNA DE RETORNO: taxa interna de retorno como método de análise de operações com fluxo de caixa descontínuo.

ABORDAGEM PRÁTICA:

A MÁQUINA CALCULADORA FINANCEIRA: funções aritméticas - o

ponto decimal - potências e raízes - funções financeiras.

O MERCADO FINANCEIRO E OS TÍTULOS DE CRÉDITO: de renda fixa e de renda variável.

O FLUXO DE CAIXA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS.

TAXAS EFETIVAS E TAXAS REAIS DE JUROS.

TAXA BUTA E TAXA LÍQUIDA.

OPERAÇÕES COM CORREÇÃO MONETÁRIA pré-fixada e pós-fixada.

AS RECIPROCIDADES, AS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E AS COMISSÕES DE ABERTURA DE CRÉDITO COMO DETERMINANTES DE TAXA DE JURO.

APRESENTADOR:

OSIRIS SEILER RORIZ SOBRINHO
Instrutor de Matemática Financeira em programas de formação e aperfeiçoamento profissional em Curitiba.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: - HOTEL DEVILLE MARINGÁ

CARGA HORÁRIA: 16 horas

DATA: 25 a 27 de maio de 1990

HORÁRIO: -

Sexta-feira: 18:30 às 22:30 hs.

Sábado: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00

Domingo: 08:00 às 12:00 hs.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO: Cr\$ 4.500,00

INFORMAÇÕES, RESERVAS E INSCRIÇÕES (somente 25 vagas):

SENAC - Avenida Colombo, 3875
Fone 24-5765 - Maringá

Além dos conjunto de cursos, aqui relacionados, oferecido ao público em geral, o Senac possui programas especiais de:

DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL - ofertados às empresas interessadas no desenvolvimento de seus recursos humanos nos vários níveis.

INFORMAÇÃO PROFISSIONAL - dirigidos às escolas, principalmente aos alunos de 8ª série, cujo objetivo é fornecer informações básicas sobre o mundo do trabalho.

TELEEDUCAÇÃO - Ensino à distância. Cursos por correspondência, para aqueles que não possuem disponibilidade de tempo ou dificuldade de acesso às escolas profissionalizantes.

CURSOS MÓVEIS - levados a qualquer bairro ou cidade, ocupando ambientes disponíveis cedidos pela comunidade.

apresentam para Empresários, Presidentes, Diretores e Gerentes
o curso

Fórum Empresarial: PLANO COLLOR

Sobrevivência e futuro das empresas

OBJETIVOS:

– Oportunidade única para debater o Plano Collor com **5 GRANDES ESPECIALISTAS:**

Jornalista PAULO HENRIQUE AMORIM, Editor de Economia da Rede Globo de Televisão; Empresário JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, Presidente do Banco Bamerindus S/A; Economista ROBERTO MACEDO, Diretor da FEA-USP e Presidente da Ordem dos Economistas de SP; Advogado CELSO BASTOS, Professor da PUC-SP, renomado jurista e diretor do IBDC - Instituto Brasileiro de Direito Constitucional; Consultor SALVATORE MORANA, Conferencista do Grupo Catho sobre os planos: Cruzado, Bresser e Verão, além do tema Hiperinflação, e ex-gerente de consultoria da Price Waterhouse e da Deloitte, Haskins & Sells.

A QUEM DESTINA:

– Empresários, Presidentes, Diretores e Gerentes.

VOCÊ SABERÁ:

- quem ganhou e quem perdeu com o Plano Collor
- o que vai acontecer com o dinheiro bloqueado junto ao Banco Central
- como as empresas devem agir para evitar a crise
- quais as "torneiras" que vão se abrir e quando

... e muito mais!

OBTENHA AS SEGUINTE

RESPOSTAS:

- Quem ganhou e quem perdeu com o Plano Collor?
- Quais os setores mais atingidos?
- Como as empresas devem agir para evitar a crise?
- A recessão é inevitável?

- O que vai acontecer com o dinheiro bloqueado junto ao Banco Central?
- A exportação é uma solução?
- Como serão os leilões de conversão cruzados novos x cruzeiros?
- Quais as perspectivas futuras para as empresas a curto, médio e longo prazos?
- Quais as "torneiras" que vão se abrir e quando?
- Haverá demissões em massa e desemprego?
- Como fica a situação tributária?
- Haverá anistia para a economia "informal" existente antes do Plano Collor? Como fazer a transição para a economia formal?
- Haverá "equalização de preços" (subsídios) para outros setores além do álcool?
- Como fica a situação da agricultura?
- Onde estão as aplicações financeiras "confiáveis"?
- Como fica a situação das micro, pequenas e médias empresas?
- Haverá uma onda de falências e concordatas?
- Como fica a situação dos bancos?
- Os negócios de troca e de permuta vão crescer?
- O que fazer para evitar greves?
- Como fica a situação política se o Plano Collor fracassar?

Traga suas próprias perguntas para formular aos especialistas. Haverá uma sessão de debates com o público e V. aproveitará para tirar todas as suas dúvidas.

DATA:

23 de maio de 1990

HORÁRIOS:

- 09:30 – 10:00 hs. - Registro de participantes
- 10:00 – 12:00 hs. - Palestra: **"O Plano Collor – As medidas econômicas do Novo Brasil"**
- As 6 causas da inflação brasileira
- Os 13 pontos principais do Plano Collor: características, efeitos de-

sejados e riscos de falhas

SALVATORE MORANA

Conferencista do Grupo Catho sobre os planos: Cruzado, Bresser e Verão, além do tema Hiperinflação, e ex-gerente de consultoria da Price Waterhouse e da Deloitte, Haskins & Sells.
12:00 – 14:00 hs. - **Almoço no Restaurante "Galeto Sulino"**

Av. XV de Novembro, 840

14:00 – 16:00 hs. - Painel de debates: **"Plano Collor – Sobrevivência e futuro das empresas"**

Coordenador: PAULO HENRIQUE AMORIM - Jornalista e editor de economia da Rede Globo de Televisão.

Debatedores:

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA - Presidente do Banco Bamerindus S/A

ROBERTO MACEDO - Diretor da FEA-USP e Presidente da Ordem dos Economistas de SP

CELSO BASTOS - Professor da PUC-SP, renomado jurista e diretor do IBDC – Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

16:00 – 16:15 hs. - **Intervalo**

16:15 – 17:30 hs. - **Sessão de debates com a participação do público.**

PREÇOS: (almoço incluído, Hospedagem não incluída)

220 BTN's Fiscais por participante
180 BTN's Fiscais para associados da ACIM – Assoc. Coml. e Industrial de Maringá e das Associações Comerciais de Paranavaí, Cianorte, Campo Mourão, Umuarama, Apucarana, Marialva e Nova Esperança.

A cobrança será feita na base da BTN Fiscal do dia do pagamento.

INSCRIÇÕES:

Telefone para (011) 284-7033 - Departamento de Cursos do Grupo Catho ou (442) 26-1331 - Associação Comercial e Industrial de Maringá

Treinamento de Desenvolvimento de Habilidades em Vendas

OBJETIVOS:

– Aperfeiçoar o vendedor para obtenção de maior produtividade na sua função, contribuindo para que venda mais, melhor e sempre. As técnicas e procedimentos que aumentam os resultados das vendas diárias motivarão o profissional para o desenvolvimento completo de seu potencial de vendedor.

A QUEM DESTINA:

– Pequena Empresa: Vendedores, gerentes de vendas, funcionários e empresários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Importância do atendimento
- O Vendedor como Profissional
- Fases da Venda
- Aspectos Psicológico da Venda
- Conhecendo seu cliente - Vendendo mais
- Vendendo necessidades (características e benefícios)
- Fechando a Venda
- Venda Adicional
- Marketing em Vendas

INSTRUTOR:

CLÁUDIO SERRATO
pós graduado em Marketing
Consultor do CEAG-PR

DATAS E HORÁRIOS:

De: 28 a 30/05/90

Das: 19:30 às 22:30 horas

LOCAL: Associação Comercial e Industrial de Maringá-Auditório
Herbert Mayer - Rua Dep.
Néo Alves Martins, nº 2321.

INVESTIMENTOS:

Cr\$ 950,00 para um participante
INFORMAÇÕES e

INSCRIÇÕES: – Associação Coml.
e Indl. de Maringá
Fone: 0442 - 26-1331
c/ Neuza

CONSELHO DA MULHER
EMPRESÁRIA

Maio/90 - 26



Delegado da Receita Federal, Olívio Buogo, palestrando no Centro Português

Delegado da Receita Federal participa do Almoço Empresarial promovido pela ACIM

Marcando presença no Almoço com Empresários, no dia 10 de abril de 1990, às 12 hs, no Centro Português, o Delegado da Receita Federal Olívio Buogo. O almoço é promovido quinzenalmente pela ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá, que idealizou e projetou o evento em dezembro/89.

Durante o almoço discursaram: o presidente da ACIM, Fernando Henriques que agradeceu a presença de todos e aos órgãos que colaboram com o atual plano econômico; e o Delegado da Receita Federal, Olívio Buogo que posicionou o trabalho que a Receita vem desenvolvendo diante do Plano Brasil Novo, esclarecendo aos empresários presentes a meta de trabalho.

Desta forma, para que toda sociedade maringaense trabalhe com serenidade perante os novos tempos, Olívio disse que a Receita trabalhará pa-

ralelamente a ACIM atendendo à uma reivindicação da mesma, visando proteger os interesses das empresas filiadas, bem como colaborar com a perfeita execução do "Plano Brasil Novo".

Para tanto, a Acim será a mediadora de qualquer problema que possa surgir com suas empresas filiadas, na interpretação deste plano econômico, solicitando às autoridades encarregadas do processo de fiscalização, sendo a mesma comunicada quando estiver envolvida com uma das empresas filiadas.

O primeiro almoço entre empresários e diretoria, no mês de abril, contou com a presença de 67 associados, o presidente Fernando Henriques, o promotor público, Joel Coimbra; subdelegado, Arcanjo V. Lima; secretário da Indústria, Comércio e Agricultura, Milton Xavier; secretário da Administração, Renato Tavares; e outros convidados.



Alcides Siqueira Gomes (centro) durante o almoço

2º Almoço Empresarial de abril

No segundo Almoço Empresarial, no mês de abril, dia 24, terça-feira, promovido quinzenalmente pela ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, estiveram presentes 41 associados, além de convidados especiais que participaram do evento no intuito de conhecer e participar do acontecimento.

Desde a idealização e projeção do evento, cinco de dezembro/89, o encontro de empresários durante o almoço tem como objetivo uma maior aproximação da classe empresarial e a diretoria, para propostas e sugestões de melhoria, bem como conhecer novos sócios e divulgação dos eventos promovidos pela ACIM.

Desta forma, cumprindo o programado, Carlos Roberto Previdelli, Gerente Administrativo e Assessor Jurídico da ACIM, iniciou um discurso agradecendo os associados presentes, bem como àqueles que participaram pela primeira vez do evento. Em seguida Previdelli divulgou os eventos programados pela ACIM, iniciando pela palestra "Forum Empresarial: Plano Collor - Sobrevivência e Futuro das Empresas". O evento acontecerá dia 23 de maio, das 8 às 18 hs, no Auditório dona Guilhermina, organizado pelo grupo Catho de São Paulo.

O "Forum Empresarial" terá a participação de cinco (5) grandes especialistas nas áreas de: Jornalismo - Paulo Henrique Amorim, Editor de

Economia da Rede Globo de Televisão; Empresariado - José Eduardo de Andrade Vieira, Presidente do Banco Bamerindus S/A; Economia - Roberto Macedo, Diretor da FEA-USP e Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo; Advocacia - Celso Bastos, Professor da PUC-SP, renomado jurista e diretor do IBDC - Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e Consultoria-Salvatore Morana, conferencista do grupo Catho sobre os planos: Cruzado, Bresser e Verão, além do tema Hiperinflação, e ex-gerente de Consultoria da Price Waterhouse e da Deloitte, Haskins & Sells.

Outro evento será o "Seminário Empresarial: Vencendo a Crise". O Expositor será Dr. Osvaldo Farias Barbosa, com trabalhos idênticos já realizados no Vale do Rio Doce, Pirelli entre outros. O seminário terá um grupo de 30 empresários, executivos e gerentes, com data a ser confirmada.

O assessor comentou ainda que a ACIM está realizando um trabalho para limpeza pública, já que a Câmara Municipal tem vetado este projeto. Por esta razão a Associação vem consultando outras cidades sobre o atendimento de empresas privadas na coleta de lixo, onde obteve excelentes resultados. Confirmando assim, diz o assessor que a ACIM está trabalhando ativamente para a melhoria deste serviço à Maringá.

Continuando o discurso, Previdelli falou sobre o evento com o ex-presidente da ACIM-gestão 57/58 -, ex-ministro do trabalho e atual secretário de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, Murilo Macedo, que palestrará no dia 28 de abril, às 11 horas na ACIM, falando sobre a "Situação do Comércio e da Construção Civil no Estado de São Paulo", patrocinado pela ACIM e Sinduscon. Na sequência, dia 3/5, às 20 hs no Auditório Ney Marques da UEM, palestra com Alcides Siqueira Gomes, dentro do Programa "História Empresarial Viva", que objetiva enriquecer o curriculum do Curso de Administração de Empresas da UEM com relatos pessoais e de empresários de Maringá.

E no dia 24 de abril, continua, o presidente da ACIM, Fernando Henriques acompanha o prefeito municipal à Curitiba, participando da votação de projeto de lei na Assembléia Legislativa sobre a transferência de recursos para os cursos de Medicina e Odontologia da UEM.

O gerente administrativo lembrou ainda aos associados presentes que o presidente do Conselho Deliberativo, Carlos Ajita e o 2º vice-presidente, Shiniti Ueta, viajaram para o Japão visando um trabalho de preparação sobre a implantação da indústria de meias em Maringá entre um grupo de empresários maringaenses e japoneses. Levaram uma minuta do termo de cooperação técnica a ser assinado entre a Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa e a Associação Comercial e Industrial de Maringá, em junho quando o presidente da ACIM, Fernando Henriques e outros diretores, juntamente com o Prefeito municipal e empresários estarão no Japão.

Carlos Previdelli acrescentou que a ACIM gestiona a dilação de prazo para pagamento de ICMS e outros tributos em razão das dificuldades das empresas em honrar seus compromissos pela falta de liquidez no mercado. Finalizando o discurso, falou sobre a mudança no horário de atendimento do SPC, estabelecido de segunda à sexta-feira até às 22 hs. e aos sábados até às 18 hs. para atendimento de lojas de shopping, postos de gasolina, supermercados, restaurantes, hotéis e outros serviços noturnos.



Fernando Henriques, Murilo Macedo, Ricardo Barros, Eduardo Giannini, Miro Falkembak, Carlos Previdelli, durante a palestra



Auditório Herbert Mayer durante a palestra de Murilo Macedo

Ex-Ministro Murilo Macedo faz palestra na ACIM

O ex-ministro do Trabalho Murilo Macedo esteve em Maringá, no Auditório Herbert Mayer, dia 28 de abril, palestrando sobre "A Situação do Comércio e da Construção Civil no Estado de São Paulo".

Macedo já residiu em Maringá e foi presidente da ACIM (gestão 57/58) e gerente da extinta agência do Banco Nacional de Minas Gerais. Murilo Macedo veio à cidade a convite da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá, AEAM - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá e do Sinduscom - Sindicato da Construção Civil, que destacaram a experiência de Macedo, atualmente Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo.

Iniciando a palestra Fernando Henriques, presidente da ACIM, comentou sobre o Plano Brasil Novo e sobre São Paulo, como sendo o Polo de empregos e trabalho, e que analisando o crescimento e desenvolvimento do Estado, temos que admitir que a construção civil tem que caminhar com a humanidade. Em seguida, o presidente passou a palavra ao prefeito municipal, Ricardo Barros, e depois ao secretário Murilo Macedo.

Macedo falou sobre sua secretaria. Hoje ela se incumba, diz, da área de construções como o metrô, com quatro empresas responsáveis pelo planejamento da grande São Paulo e auxílio de todo interior, coordenadas

pela Emplasa, além da EMTU - Empresa Municipal, responsável pelos transportes urbanos intermunicipais; e, CDHU - Departamento da Construção de Habitação.

O ex-ministro disse que sua secretaria é muito pesada, mas que os trabalhos tem caminhado gradativamente. Continuando, o secretário disse que em consequência do Plano Brasil Novo, muitos fatos têm ocorrido prejudicando a imagem da economia atual, como as demissões em massa no mercado de trabalho - tomando como parâmetro o segmento da construção civil. "No momento, disse Murilo, estou bastante otimista, acredito e torço para que dê certo, pois as demissões podem se acentuar num curto espaço de tempo".

O secretário acredita que depois deste plano o Brasil não será o mesmo, nascendo um Brasil novo e diferente, com uma competição muito acentuada, sobrevivendo os mais competentes, e o Brasil do "jeitinho" vai acabar. Este plano, argumenta, trouxe uma reforma monetária, um enxugamento da moeda, sendo necessário abrir linhas de crédito na área de construção civil, para combater a recessão como estamos fazendo em São Paulo, porém não muito, pois a inflação pode voltar.

Ainda não estamos vivendo uma recessão, diz Macedo, mas hoje es-

tamos assistindo a diminuição da moeda, muito desemprego, queda da jornada de trabalho, diminuição dos salários e já não há ofertas de empregos. O que se torna necessário e urgente, completa, são as soluções num curto espaço de tempo, como as que vêm sendo postas em prática pelo governador de São Paulo, como o plano anti-recessivo de ajuda a Indústria Automobilística, onde antecipamos a compra de todos os veículos em benefício da população - as ambulâncias; outra prática foi um "Pool" entre os Bancos, incentivando as pequenas e médias empresas; pretende-se construir cerca de 200 mil casas, apoiando a área de construção civil, além de criar recursos destinados a construção de casas próprias, acrescentando 1% no recolhimento de ICMS; lembrando ainda que foi criada a Loteria de Habitação e o Fundo de Habitação.

Porém, diz o ex-ministro, o aumento de desempregos é evitável, é preciso apenas que patrões e empregados entrem num acordo. No momento há desemprego e diminuição do poder sindical, e isto está prejudicando a classe trabalhadora e o plano econômico. Diante dos fatos, explica Murilo, os trabalhadores preferem diminuir a jornada de trabalho e os empresários tem-se aproveitado dessa situação.

No entanto, continua o secretário, acredito que não houve arrocho salarial com as novas medidas econômicas, e a julgar pelo Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, chega-se a conclusão de que houve esse arrocho.

Conselho Deliberativo: metas para ACIM

Durante a 2ª Reunião do Conselho Deliberativo, na Sede da ACIM, no dia nove de abril, toda a Diretoria presente analisaram e traçaram algumas metas a serem cumpridas pela Associação Comercial e Industrial de Maringá.

A reunião teve por finalidade apresentar Moacir Somaggio como Secretário do Conselho, nomeado pelo presidente Carlos Ajita; leitura dos Artigos 33 à 36 do Estatuto Social, que trata dos assuntos relativos ao Conselho Deliberativo e sugestões dos conselheiros que apresentaram seis propostas das quais quatro foram aprovadas.

As sugestões indicadas por Agenor Maia - conselheiro - implicaram em:

convocar a presença do Comandante do Corpo de Bombeiros visando explicar os critérios atuais na aprovação de projetos no intuito de melhorar a segurança de imóveis e instalações; outro pedido foi de se constituir uma comissão para dialogar com o governador do Estado, propondo melhor atendimento ao município, em virtude de sua importância; solicitação de dados ao Sinduscon para confirmar situação atual da construção civil na cidade; envio de um ofício ao Prefeito da cidade indagando sobre o projeto de Construção do Pavilhão de Feira-Exposição.

Uma das sugestões relativas ao maior empenho da municipalidade na limpeza pública, já está a caminho de uma provável privatização. Só não foi

aprovada a intervenção da ACIM junto aos partidos políticos sugerindo escolher de uma maneira racional os candidatos às eleições deste ano selecionando a melhor qualidade dos escolhidos, entendendo o Conselho que este é um processo natural e próprio que tende acontecer dentro do próprio partido durante às suas convenções.

Uma outra proposta foi a de Álvaro Miranda Fernandes, para a formulação de uma comissão para contatar associados com a finalidade de obter uma participação mais ativa destes e da Diretoria como nos Conselhos. Uma outra preocupação foi apresentada pelo conselheiro José Gomes Ferreira, referente à Medida Provisória do Governo Federal que visa o estreitamento do prazo para pagamento de tributos. Com isso surge a necessidade de um plano de motivação para os empresários no atual momento, que poderia-se concretizar através de cursos sobre o assunto.

Simão Hirata sugeriu que seja feita uma intervenção junto ao Estado pedindo o retorno das condições anteriores do prazo de pagamento do ICMS, com dilatação de prazo de 45 à 90 dias.

Carlos Ajita, presidente do Conselho Deliberativo falou também sobre a Taxa de Localização da Prefeitura lembrando que será reembolsado o valor pago a maior, além de haver a possibilidade de se quitar a taxa até 16 de maio em cruzados novos. Em reunião ainda, Moacir Somaggio disse que foi contatado por membros da Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Apucarana, demonstrando interesse em obter subsídios de nossa entidade para aperfeiçoar seus trabalhos.

Presentes na reunião, Carlos Ajita, presidente do Conselho, Moacir Somaggio, Américo Fernandes, Simão Hirata, Álvaro Miranda Fernandes, Sabas Martins Fernandes, Eduardo Hase, José dos Santos Ribeiro, Jair Arduin, Tokoiti Guinoza, Agenor Maia, José Gomes Ferreira, Antonio Silvestre Ferreira, Shoiti Okimoto, Futoshi Matsuda, Francisco Favoto, Heitor Bolela Jr., Edenilson Rossi, Orides Lopes, Joaquim Agostinho, Edmilson Brassanini, Miguel Fujinami.



Carlos Ajita, presidente do Conselho Deliberativo e Moacir Somaggio, secretário



Membros do Conselho Deliberativo da ACIM, durante a reunião

Kakogawa doa livros à ACEMA

No dia nove de abril, na sede da ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, o Lions Clube de Kakogawa, cidade do Japão e co-irmã de Maringá, doou cerca de 50 livros à ACEMA-Associação Cultural e Esportiva de Maringá.

Segundo o presidente da ACEMA, Shiniti Ueta, os livros são técnicos com especialização nas áreas de computação, matemática e outros, além de literatura japonesa. Os livros ficarão na Biblioteca da Associação à disposição de todo estudante que necessitar utilizá-los. Desta forma Brasil e Japão ficam cada vez mais próximos.



O presidente da Acim, Fernando Henriques repassa livros doados de Kakogawa ao vice-presidente da Acema, Carlos Ajita

Shiniti Ueta acrescentou durante a cerimônia, que esta doação só pode ser efetuada através da Associação Comercial e Industrial de Maringá-ACIM, pois a alfândega tem dificultado a entrada de qualquer produto que não esteja endereçado a órgão público.

Estiveram também presentes ao evento o presidente Fernando Henriques e membros da diretoria da ACIM, presidente do Conselho da Mulher Empresarial, Maria Aparecida Bekner e associados.

O desempenho da ACIM em abril/90

Nos diversos setores de prestação de serviços aos associados, a ACIM teve, no mês de abril o seguinte desempenho:

1. SPC E VIDEO-CHEQUE:

| | |
|---|--------|
| Consultas ao S.P.C..... | 45.676 |
| Consultas ao vídeo-cheque..... | 6.277 |
| Total de consultas em abril | 51.953 |
| Cancelamentos efetuados em abril..... | 1.185 |
| Inclusões de Inadimplentes..... | 1.633 |
| Respostas de pessoas registradas | 2.126 |
| Consultas efetuadas no balcão (pessoalmente)..... | 1.158 |

2. SERVIÇOS DE TELEX:

Em abril a ACIM, atendendo à empresas associadas teve a seguinte performance

| | |
|--|------------|
| Telex Expedidos | 73 |
| Telex Recebidos | 169 |
| Referente a serviços internos a ACIM Expediu | 39 (telex) |
| Remeteu | 32 (telex) |

3. CONSULTORIA

Os consultores da ACIM: Antonio Barison Martins, Helio Aparecido Domingues, Carlos Roberto Previdelli e Izabella Renzetti, atenderam no mês de abril a 1.074 (um mil e setenta e quatro) consultas, nas áreas trabalhista, previdenciária, jurídica, tributária e outras afins.

4. SERVIÇO COPI-GRÁFICO

| | |
|---|-----|
| No mês de abril foram feitas para associados 102.647 fotocópias | |
| Encadernações | 73 |
| Plastificações | 180 |



LABORATÓRIO
saolucas

CENTRAL:
AV. PARIGOT DE SOUZA, 391 - FONE: (0442) 24-5344
POSTO AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES
AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES, 680 - FONE: (0442) 24-0380
POSTO HOSPITAL SANTA RITA
RUA LOPES TROVÃO - FONE: (0442) 24-1195
MARINGÁ - PR

VOCÊ PERDEU
SEU TALÃO
DE CHEQUES?

**VIDEO
CHEQUE**

26-1331

MARINGÁ EQUIPAMENTOS



LOJA
Máquinas,
ferramentas,
mangueiras,
bombas,
compressores...

20 ANOS DE TRADIÇÃO E QUALIDADE

FÁBRICA
Equipamentos
para lubrificação
e lavagem.



MARINGÁ EQUIPAMENTOS LTDA.

FÁBRICA: Parque Ind. 2 - Rua 3 - Lotes 2 e 3
Fone: 24-5822 - Telex 442-429

LOJA: Av. Colombo, 4056 - C. Postal 1011
Fone: 22-8694 - Maringá - PR

Na SITTA você encontra a nova geração Nashua

NASHUA 4435

**Copiadora
Ampliadora e Redutora**

A opção ideal para médios e grandes volumes de cópias. Amplia a produtividade e reduz os custos. Funcionamento perfeito e garantido em todo o território nacional.



NASHUA 4020

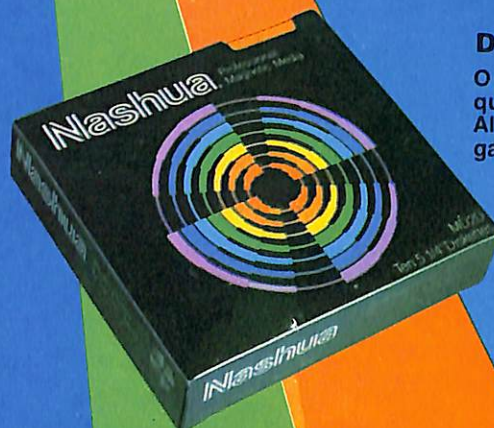
**Nova Copiadora
Duplicadora - Digital**

Para quem exige elevado padrão tecnológico e confiabilidade de desempenho.

A copiadora na medida certa para o departamento de cópias de sua empresa.

DISQUETE NASHUA

O disquete que você quer e que seu computador merece. Altíssima qualidade e garantia da NASHUA.



**S
I
T
T
A**

Comércio de Máquinas Copiadoras Ltda.

Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes, 1153 - Fone: (0442) 25-3601 - Maringá - PR